

EDITAL SEI Nº 0025020846/2025 - SAP.LCT

Joinville, 01 de abril de 2025.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2025**PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL Nº 90037/2025****LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS E COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

O Município de Joinville, com sede na Avenida Hermann August Lepper, nº 10, Centro, Joinville/SC – CEP: 89.221-005, por intermédio da Unidade de Licitações da Secretaria de Administração e Planejamento, inscrita no CNPJ sob nº 83.169.623/0001-10, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com modo de disputa aberto, cujo critério de julgamento será o de **Menor Preço Unitário**, para o **Registro de Preços**, visando a futura e eventual **Aquisição de utensílios de copa e cozinha**, conforme especificações deste edital e seus anexos, a ser regida pela Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018, Decreto Municipal nº 28.024, de 09 de dezembro de 2016, Decreto Municipal nº 56.185, de 18 de agosto de 2023, Decreto Municipal nº 56.224, de 24 de agosto de 2023, Decreto Municipal nº 64.109, de 18 de dezembro de 2024 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante deste Pregão:

Anexo I - Quadro de Quantitativo e Especificações Mínimas do(s) Item(ns), e Valores Estimados/Máximos;

Anexo II - Modelo de Proposta de Preços;

Anexo III - Minuta da Ata de Registros de Preços;

Anexo IV - Minuta do Contrato;

Anexo V - Minuta da Autorização de Fornecimento (AF);

Anexo VI - Termo de Referência; e

Anexo VII - Estudo Técnico Preliminar.

1 - DA LICITAÇÃO**1.1 - Do Objeto do Pregão**

1.1.1 - A presente licitação tem como objeto o **Registro de Preços**, visando a futura e eventual **Aquisição de utensílios de copa e cozinha**, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos Anexos I e VI, e nas condições previstas neste Edital.

1.1.2 - O valor estimado total para a aquisição do objeto deste pregão é de **R\$ 611.748,96** (seiscentos e onze mil setecentos e quarenta e oito reais e noventa e seis centavos), conforme disposto no Anexo I deste Edital.

1.2 - Local: Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras/pt-br, UASG 453230

1.3 - Referência de Tempo: Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

1.4 - Data e horário limites para cadastro de propostas e início da sessão pública: 29/04/2025 até às 08:30 horas.

1.5 - Modo de disputa: Aberto, nos termos do art. 56, inciso I da Lei Federal 14.133/21.

1.6 - Da Execução da Licitação: A Unidade de Licitações, na qualidade de interveniente Promotora, processará a presente licitação, destinando-se o seu objeto a Secretaria da Saúde, Departamento de Trânsito e Transporte, Hospital Municipal São José, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Administração e Planejamento, Secretaria de Assistência Social e a Secretaria de Educação.

1.7 - Em caso de discordância existente entre as quantidades e especificações do objeto descritas no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br, com as quantidades e especificações constantes deste Edital, prevalecerão as constantes do Edital.

2 - DOS RECURSOS FINANCEIROS

2.1 - A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar desta licitação os interessados que atenderem às exigências estabelecidas neste Edital, bem como o Decreto Federal nº 8.538/15, da seguinte forma:

3.1.1 - Itens exclusivos (com valores máximos estimados até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) - destinados exclusivamente à participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, sem prejuízo de sua participação na cota principal e na cota reservada;

3.1.2 - Cota Principal, destinada à participação dos interessados que atendam às exigências estabelecidas neste Edital;

3.1.3 - Cota Reservada 25% - corresponde a até 25% das quantidades totais do objeto, destinado à participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, sem prejuízo de sua participação nos itens exclusivos e na cota principal.

3.2 - Para a participação de empresas em consórcio deverão ser observadas as seguintes normas:

3.2.1- comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

3.2.2- indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

3.2.3 - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

3.2.4 - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

3.2.5 - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato

3.3 - Não será admitida a participação de proponente:

3.3.1 - Em falência;

3.3.2 - Em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

3.3.2.1 - É permitida a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de processo licitatório.

3.3.3 - Punido com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração, durante o prazo

estabelecido para a penalidade;

3.3.4 - Que tenha sido declarado inidôneo por qualquer órgão da Administração direta ou indireta, com qualquer órgão PÚBLICO FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL ou do DISTRITO FEDERAL;

3.3.5 - Que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.3.6 - Cujo objeto social não seja pertinente e compatível ao objeto licitado;

3.3.7 - Conforme disposto no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.

4 - DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME

4.1 - O credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica, em conformidade com a Instrução Normativa [SEGES /ME nº 03. de 2018](#).

4.2 - Para participação no Pregão, o proponente deverá assinalar em campo próprio do sistema eletrônico, todas as declarações disponíveis, sendo facultada apenas a opção relativa aos requisitos de enquadramento na Lei 123, de 2006 e a participação como Cooperativa.

4.2.1 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o proponente às sanções previstas em lei e neste Edital.

4.3 - Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa no(s) mesmo(s) item(ns)/lote(s) deste processo, sob pena de exclusão sumária de ambos os proponentes representados.

5 - DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

5.1 - A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e subsequente encaminhamento da proposta de preços e dos documentos de habilitação, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico através do site www.gov.br/compras/pt-br, observando a data e o horário limite estabelecido no item 1 deste Edital para cadastro da proposta.

5.2 - Poderão participar deste Pregão proponente cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

5.3 - Caberá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4 - No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

5.5 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

6.1 - Os proponentes cadastrarão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2 - Ao cadastrar sua proposta pelo sistema eletrônico o proponente deverá postar apenas o VALOR UNITÁRIO.

6.3 - O cadastro da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e seus Anexos.

6.4 - O proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.5 - Quanto ao valor da proposta cadastrada eletronicamente, todas entrarão na disputa de lance, porém somente será classificado o valor da proposta que estiver dentro do valor estimado/máximo.

6.6 - O proponente deverá cadastrar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.6.1 - valor unitário do item.

6.6.2 - marca.

6.7 - É vedada a cotação parcial de itens ou de quantidade inferior à demandada nesta licitação.

6.7.1 - A quantidade mínima a ser cotada é a determinada no Anexo I do edital.

6.8 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.9 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.10 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.11 - Incumbirá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.12 - Até a abertura da sessão pública, os proponentes poderão excluir ou alterar a proposta anteriormente cadastrada no sistema.

7 - DA ABERTURA DA SESSÃO ELETRÔNICA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 - O modo de disputa se dará na forma prevista no subitem 1.5 do edital.

7.2 - A partir do horário previsto no sistema, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo *site* já indicado no item 1 deste Edital.

7.3 - Aberta a etapa competitiva, os representantes dos proponentes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances, que ocorrerá exclusivamente por meio do sistema eletrônico. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.3.1 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances é de R\$ 0,01 (um centavo).

7.4 - Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não divulgará o autor dos lances aos demais participantes.

7.5 - No tocante aos itens da Cota Principal, após o encerramento da etapa de lances, o sistema identificará a existência da situação de empate prevista no art. 44 da Lei Complementar nº 123/06. Nesse caso, o pregoeiro convocará a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que se encontra em situação de empate informando que a mesma deverá, em 5 minutos, ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado. Durante o período, apenas a empresa convocada poderá registrar o novo lance como arrematante.

7.5.1 - Não passando para a condição de arrematante a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada, na forma do item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no art. 44 da Lei Complementar nº 123/06, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.5.2 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.5.3 - O disposto no subitem 7.5 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

8 - DA FORMA DE ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1 - A proposta de preços deverá ser enviada exclusivamente via sistema, redigida em idioma nacional, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo ser datada e assinada pelo representante legal do proponente devidamente identificado, contendo identificação do proponente, endereço, telefone e e-mail.

8.2 - Após a fase de lances, a proposta atualizada deverá ser enviada no prazo máximo de até 02 (duas) horas após a convocação do pregoeiro.

8.2.1 - Para fins de cumprimento do prazo máximo estabelecido neste item será considerado o horário de expediente do setor de licitações das 08:00 às 17:00 horas, de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

8.3 - Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante legal do proponente devidamente identificado.

8.4 - A proposta deverá ser apresentada de acordo com o modelo constante do Anexo II deste Edital e deverá conter, sob pena de desclassificação:

8.4.1 - a identificação/descrição do objeto ofertado, de forma a permitir que o Pregoeiro possa facilmente constatar que as especificações no presente Pregão foram ou não atendidas, observadas as especificações constantes nos Anexos do presente Edital;

8.4.2 - o preço unitário e preço total cotados em reais, com no máximo 02 (dois) algarismos decimais após a vírgula;

8.4.3 - o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data limite para apresentação da proposta, após convocação do Pregoeiro.

8.4.4 - a identificação da marca do objeto ofertado;

8.4.4.1 - A marca indicada na proposta atualizada deverá ser a mesma cadastrada na proposta no sistema eletrônico, conforme exigência do item 6 do Edital.

8.5 - O número do item ofertado deverá corresponder exatamente ao do item do Anexo I deste Edital, com suas respectivas quantidades.

8.6 - Havendo divergência entre o valor unitário e total, prevalecerá o valor unitário.

8.7 - Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

8.7.1 - É vedada a cotação de preços diferenciados em razão de local de entrega ou em razão da forma e do local de acondicionamento ou qualquer outro motivo.

8.8 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a proponente.

8.9 - Se a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 90 (noventa) dias, e caso persista o interesse do Município, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DO PRAZO DE ENVIO

9.1 - Os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente via sistema eletrônico, no prazo máximo de até 02 (duas) horas após a convocação do pregoeiro.

9.1.1 - Para fins de cumprimento do prazo máximo estabelecido neste item será considerado o horário de expediente do setor de licitações das 08:00 às 17:00 horas, de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

9.2 - Serão aceitos comprovantes obtidos na rede internet, desde que os mesmos tenham sua validade confirmada pelo Pregoeiro, na fase de habilitação.

9.3 - Deverão ser apresentadas Certidões Negativas ou Positivas com efeito de negativa;

9.4 - Para fins de aplicação dos procedimentos definidos na Lei Complementar nº 123/06, o proponente deverá comprovar a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, através de declaração em campo próprio do sistema, no momento do cadastro da proposta, nos termos do subitem 4.2 deste edital.

9.5 - Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do proponente poderá ser verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.6 - A documentação para fins de habilitação é constituída de:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

c) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou

sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

d) Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e às contribuições previdenciárias e de terceiros;

e) Certidão Negativa de Débitos Estaduais, da sede do proponente;

f) Certidão Negativa de Débitos Municipais, da sede do proponente;

g) Certificado de Regularidade do FGTS;

h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

i) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

j) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

j.1) Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão ser de fornecimento de produto compatível, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

j.2) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

j.3) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.7 - Os comprovantes exigidos, quando for o caso, que não constem vigência, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias da data da emissão.

9.8 - Sob pena de inabilitação, nos documentos a que se refere o subitem 9.6 deste edital deverão constar o nome/razão social do proponente, o número do CNPJ e o respectivo endereço, observado que se o proponente for:

a) matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, com exceção dos documentos conjuntos ou consolidados, desde que devidamente comprovada a centralização;

c) a matriz, e o fornecimento for realizado pela filial, os documentos exigidos neste Edital deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial simultaneamente, com exceção dos documentos conjuntos ou consolidados, desde que devidamente comprovada a centralização.

9.9 - O proponente poderá apresentar os comprovantes de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS centralizados junto à matriz, desde que apresente comprovante da centralização do recolhimento das contribuições e a certidão em que consta o CNPJ da entidade centralizadora.

9.10 - A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição e, uma vez sendo declarada vencedora do certame, terá prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.10.1 - A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

10 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO

10.1 - O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério de MENOR PREÇO UNITÁRIO.

10.2 - A licitação será processada e julgada em consonância com a legislação constante no preâmbulo deste Edital e com os procedimentos previstos na Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores e no Decreto Federal nº 8.538/15.

10.2.1 - A obtenção de benefícios previstos dos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de

realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

10.2.1.1 - Para observância do limite citado no subitem 10.2.1, será exigido do licitante, na fase em que for utilizado o benefício, declaração de observância desse limite na licitação.

10.3 - Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

10.3.1 - O proponente deverá se manifestar até o prazo para apresentação da proposta, nos termos do subitem 8.2 do edital.

10.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.5 - O Pregoeiro irá decidir sobre a aceitação da proposta, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas e demais condições definidas neste Edital, e verificará a habilitação do proponente.

10.6 - Após encerrada a etapa competitiva, e verificada a ausência da proposta de preços e dos documentos de habilitação, conforme os subitens 8.2 e 9.1, será considerado como desistência do lance ofertado, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 25 do Edital.

10.7 - Se a proposta não atender às especificações técnicas, e às condições mínimas de habilitação, o Pregoeiro convocará a proposta e os documentos de habilitação das empresas subsequentes, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor.

10.8 - O representante legal do proponente que subscrever os documentos apresentados deve estar devidamente identificado no processo, apresentando documento de identidade.

10.8.1 - Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa no(s) mesmo(s) item(ns)/lote(s) deste processo, sob pena de exclusão sumária de ambos os proponentes representados.

10.9 - Serão desclassificadas as propostas:

- a) que não atenderem às especificações/descrição do objeto desta licitação;
- b) que forem omissas ou se apresentarem incompletas ou não informarem as características do bem cotado, impedindo sua identificação com o item licitado;
- c) que conflitem com a legislação em vigor;
- d) que deixarem de atender aos requisitos estabelecidos nos itens 6 ou 8 deste Edital;
- e) com valores unitários ou globais superiores ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ser demonstrado sua exequibilidade quando exigido pela Administração.

10.10 - Se o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não apresentar situação regular, estará sujeito às penalidades previstas no item 25 deste Edital. Neste caso, o Pregoeiro convocará as propostas e documentos de habilitação dos proponentes, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo proponente convocado para negociar redução do preço ofertado.

10.11 - Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os proponentes liberados dos compromissos assumidos.

10.12 - No julgamento das propostas e na fase de habilitação o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

10.13 - O Pregoeiro poderá durante a sessão verificar a regularidade dos documentos disponíveis para consulta on-line exigidos no subitem 9.6, que não forem previamente apresentada(s) pelo(s) proponente(s) ou que forem apresentados vencidos ou positivos.

10.13.1 - No momento da verificação se o sistema estiver indisponível ficará o(s) proponente(s) com o ônus de não terem apresentado o documento ou ter (em) apresentado com restrição.

10.14 - Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos proponentes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal, de acordo com o §2º do art. 8º do Decreto nº 8.538/15, no prazo

descrito no subitem 8.2, conforme estabelecido pelo Pregoeiro no momento da convocação.

10.14.1 - Na condição prevista no subitem 10.14 será convocada a empresa declarada vencedora da cota principal do mesmo item para apresentar proposta para a cota reservada nas mesmas condições da cota principal, inclusive valor, na forma do subitem 8.4.

10.14.2 - No caso de haver recusa pela empresa declarada vencedora da cota principal em fornecer a cota reservada, poderão ser convocados os proponentes remanescentes na ordem de classificação desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal, para apresentar proposta para a cota reservada, na forma do subitem 8.4. A proposta de preços e os documentos de habilitação serão analisados e julgados pelo Pregoeiro de acordo com as exigências editalícias.

10.14.3 - Para as condições previstas nos subitens 10.14.1 e 10.14.2, não será necessário que as empresas participantes do certame já apresentem previamente propostas para a cota reservada.

10.15 - No caso da mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço, de acordo com o §3º do art. 8º do Decreto nº 8.538/15.

10.15.1 - Na condição prevista no subitem 10.15 será convocada a empresa declarada vencedora da cota principal e da cota reservada do mesmo item, para apresentar nova proposta ajustada nas mesmas condições daquela de menor preço, na forma do subitem 8.4, no prazo descrito no subitem 8.2, conforme estabelecido pelo Pregoeiro no momento da convocação, sob pena de caracterizar desistência da proposta.

11 - DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1 - Qualquer pessoa poderá, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, impugnar os termos do Edital do Pregão.

11.1.1 - As impugnações deverão ser protocolizadas através do e-mail sap.lct@joinville.sc.gov.br, em documento digitalizado (PDF, JPG) devidamente assinado, até o vencimento do prazo, acompanhado da respectiva representatividade e, quando for o caso, de procuração.

11.2 - Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

11.3 - Caberá a autoridade superior, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre as eventuais impugnações.

11.4 - Acolhida a impugnação contra o presente Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

11.5 - As respostas às impugnações serão disponibilizadas no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, contados da data de recebimento da impugnação e ficarão disponíveis para todos os interessados nos endereços eletrônicos: www.joinville.sc.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br.

11.6 - Do Recurso

11.6.1 - A manifestação da intenção de recorrer, se dará no prazo de 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas, e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

11.6.2 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação.

11.6.3 Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de divulgação da interposição do recurso.

12 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1 - A adjudicação e a homologação será realizada pela autoridade competente.

13 - DO REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - O Sistema de Registro de Preços (SRP) é conjunto de procedimentos para realização, mediante licitação, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras.

13.2 - A Ata de Registro de Preços (ARP) é um documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos

participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação e nas propostas apresentadas.

13.3 - Órgão Gerenciador ou Entidade Gerenciadora é o órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e pelo gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente.

13.4 - Órgão Participante ou Entidade Participante é órgão ou entidade da Administração Pública que participa dos procedimentos iniciais da contratação para registro de preços e integra a ata de registro de preços.

13.5 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.6 - Homologado o resultado da licitação, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, serão convocados os interessados para assinatura eletrônica da Ata de Registro de Preços, que deverá ocorrer **no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação (SEI).**

13.6.1 - O(s) representante(s) legal(is) do(s) vencedor(es) receberá(ão) um e-mail no endereço cadastrado informando a disponibilização do documento para assinatura eletrônica, o qual indicará o *link* para acesso.

13.6.2 - É de responsabilidade exclusiva do usuário a consulta acerca da disponibilização do documento para assinatura no seu ambiente virtual.

13.7 - A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Gerenciador, por intermédio de instrumento contratual ou outro instrumento hábil.

13.8 - **Será priorizada a aquisição/contratação do objeto das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente, de acordo com art. 141, da Instrução Normativa nº 03/2024, da Secretaria de Administração e Planejamento, aprovada pelo Decreto nº 64.109, de 18 de dezembro de 2024.**

14 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 - Homologada a licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, com o fornecedor primeiro classificado e, se for o caso, com os demais classificados, obedecendo à ordem de classificação e aos preços propostos.

14.2 - No caso do fornecedor primeiro classificado, após convocado não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133 de 2021, serão convocados os licitantes ou fornecedores do cadastro de reserva.

15 - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 - A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, desde que demonstrado o preço vantajoso.

15.1.1 - Em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, as quantidades inicialmente registradas poderão ser renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

16 - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133 de 2021;

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

c) na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133 de 2021.

16.2 - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo

superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

16.2.1 - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

16.2.2 - Na hipótese prevista no subitem 16.2.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

16.2.3 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

16.2.4 - Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.3 - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

16.3.1 - Para fins do disposto no subitem 16.3, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

16.3.2 - Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na legislação aplicável.

16.3.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 16.3.2, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

16.3.4 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no subitem 17.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

16.3.5 - Na hipótese de comprovação do disposto nos subitens 16.3 e 16.3.1 o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

16.3.5.1 - Para fins do disposto no subitem 16.3.5, na hipótese de desequilíbrio, a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização - CAF deverá consultar os fornecedores constantes no Cadastro de Reserva, se houver, como forma de comprovação da compatibilidade com os preços praticados no mercado.

16.3.6 - O órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

17.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a)** descumprir as condições da Ata de Registro de Preços sem motivo justificado;
- b)** não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c)** não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no subitem 16.3.2; ou;
- d)** sofrer sanção prevista nos [incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17.1.1 - Na hipótese prevista na letra "d", caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

17.1.2 - O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no subitem 17.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

17.1.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

17.2 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 16.

18 - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

18.1 - O Cadastro de Reserva, será composto por:

- a) licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a ordem de classificação na licitação; e
- b) licitantes ou fornecedores que mantiverem sua proposta original;

18.1.1 - O registro a que se refere o subitem 18.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

18.1.2 - Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea “a” do subitem 18.1 antecederão aqueles de que trata a alínea “b” do referido subitem.

18.2 - O Cadastro de Reserva não obriga a administração à contratação.

18.3 - Os fornecedores que compõem o Cadastro de Reserva estão vinculados as cláusulas da Ata de Registro de Preços.

19 - DA UTILIZAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

19.1 - Caso o licitante classificado em primeiro lugar não assine a Ata de Registro de Preços ou não apresente situação regular no ato da assinatura, bem como na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, será examinado o Cadastro de Reserva, observada a ordem de classificação do certame.

19.1.1 - Nos casos de Ata de Registro de Preços formalizada, o Cadastro de Reserva será examinado somente após o cancelamento da mesma.

19.2 - O Pregoeiro procederá a análise dos documentos e proposta de preços atualizados dos licitantes que manifestaram interesse no Cadastro de Reserva.

19.2.1 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes.

19.2.2 - No caso de apresentação de amostras, a mesma se dará nos termos já definidos no edital.

19.2.3 - A convocação para apresentação da proposta de preços e dos documentos de habilitação observará as regras do Portal de Compras do Governo Federal - Comprasnet.

20 - DA CONTRATAÇÃO

20.1 - A contratação do(s) proponente(s) vencedor(es) do presente Pregão será representada pela expedição do Termo de Contrato/Autorização de Fornecimento (AF), da qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do produto licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para entrega dos produtos conforme solicitação do Contratante.

20.2 - Convocação para assinatura eletrônica do contrato:

20.2.1 - Os fornecedores registrados serão convocados para assinatura eletrônica do contrato, que deverá ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação (SEI).

20.2.2 - O(s) representante(s) legal(is) do(s) vencedor(s) receberá(ão) um e-mail no endereço cadastrado informando a disponibilização do documento para assinatura eletrônica, o qual indicará o *link* para acesso.

20.2.3 - É de responsabilidade exclusiva do usuário a consulta acerca da disponibilização do documento para assinatura no seu ambiente virtual.

20.3 - Se o vencedor não apresentar situação de habilitação regular ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o contrato, poderá ser convocado outro proponente. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo à sua habilitação e,

sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao Edital que será declarado o vencedor do certame, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço.

20.3.1 - Se o vencedor se recusar a assinar o contrato no prazo estabelecido, apresentar justificativa por escrito não aceita pela Administração ou deixar de fazê-lo, além de decair do direito, sujeitar-se-á das sanções previstas neste Edital.

20.4 - Para assinatura eletrônica do contrato o vencedor deverá apresentar:

20.4.1 - Certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: **Fazenda Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Fazenda Estadual, Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede do proponente, e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, em atendimento ao art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/21 e a **Certidão de Negativas Débitos Trabalhistas**, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

20.4.4 - Procuração pública ou particular, com poderes específicos para representar o interessado, caso a assinatura do termo contratual seja realizada por um procurador designado pelo proponente.

20.4.5 - Em caso de consórcio, o licitante vencedor é obrigado a promover, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, prorrogável por igual período, a critério da Administração, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do artigo 15 da Lei nº 14.133/2021.

21 - DA ASSINATURA ELETRÔNICA

21.1 - A assinatura do contrato e demais documentos vinculados a este instrumento, será realizada eletronicamente, mediante login e senha, devendo o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) providenciar(em) a sua assinatura eletrônica, de acordo com Instrução Normativa nº 183/2023, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 56.185/2023.

21.1.1 - O(s) representante(s) legal(is) do(s) interessado(s) em participar da licitação poderá(ão) providenciar seu cadastro, com autenticação de conta através do login único "[gov.br](https://www.joinville.sc.gov.br/servicos/acessar-portal-de-autosservico/)" para liberação da assinatura eletrônica, de acordo com o que estabelece a carta de serviços disponível no seguinte link: <https://www.joinville.sc.gov.br/servicos/acessar-portal-de-autosservico/>

21.2 - Após declarado vencedor o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) deverá(ão) estar com o seu usuário externo certificado para efetuar a assinatura eletrônica, nos termos do Decreto Municipal nº 56.185/2023, sob pena de decair do direito de assinar o Contrato e/ou eventuais alterações, sem prejuízo das sanções previstas no edital.

21.2.1 - É de responsabilidade exclusiva do(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s)/interessado(s) a criação de seu cadastro com autenticação de conta através do login único "[gov.br](https://www.joinville.sc.gov.br/servicos/acessar-portal-de-autosservico/)" para liberação da assinatura eletrônica.

22 - DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

22.1 - A vigência do futuro contrato deverá observar o tempo necessário à entrega, ao pagamento do objeto licitado e à disponibilidade de créditos orçamentários, sendo estabelecida no termo contratual.

22.2 - O objeto deverá ser entregue de forma parcelada em até 15 (quinze) dias úteis, após cada solicitação.

22.2.1 - No caso de expedição de Autorização de Fornecimento (AF), a forma de entrega será única e em até 15 (quinze) dias úteis, a partir da data da solicitação.

22.3 - Os preços inicialmente contratados somente poderão ser reajustados após o prazo de um ano, contado da data base do orçamento estimado, qual seja, 22/10/2024.

22.4 - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do IPCA - Índice de Preço ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

22.5 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

22.6 - Quando a Ata de Registro de Preços for reajustada, a data base para reajuste dos Contratos emitidos após esse reajuste, passará a ser da data base do reajuste da Ata de Registro de Preços.

22.7 - O local para entrega será conforme subitem 5.2 do Termo de Referência - Anexo V.

22.8 - Para fins de contagem dos prazos previstos será considerado como data de assinatura do contrato a data da última assinatura (dia/mês/ano) dos signatários referenciados no preâmbulo do referido instrumento.

23 - DA GESTÃO DO CONTRATO

23.1 - A gestão do contrato será realizada pela Secretaria da Saúde, Departamento de Trânsito e Transporte, Hospital Municipal São José, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Administração e Planejamento, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação, sendo essa responsável pelo recebimento e fiscalização do objeto licitado, devendo ser observado o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/21.

23.2 - O ordenador da despesa será a Departamento de Trânsito e Transporte, Hospital Municipal São José, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Administração e Planejamento, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação, Fundo Municipal de Assistência Social e o Fundo Municipal de Saúde.

24 - DO PAGAMENTO DOS BENS CONTRATADOS

24.1 - O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pelo(s) vencedor(s) da licitação, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

24.1.1 - O Município responsabilizar-se-á pelo pagamento resultantes de modificações contratuais sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Gestora do Contrato, observados os limites do art 125 da Lei nº 14.133/21.

24.1.2 - O pagamento será por item entregue, após conferência e recebimento definitivo do atendimento das especificações do Termo de Referência.

24.2 - O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome do Município, da qual deverá constar o número desta licitação, empenho e das negativas fiscais regularizadas (Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Estadual, Municipal, FGTS e a Certidão de Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

24.3 - As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações federais, estaduais e municipais vigentes.

24.4 - O pagamento da Nota Fiscal será efetuado em até 30 (trinta) dias após o aceite da medição/produto, de acordo com o Processo SEI de Gestão-Certificação de Documento Fiscal.

24.5 - Em caso de atraso dos pagamentos por culpa exclusiva da Administração, será aplicado como índice de atualização monetária o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

25 - DAS SANÇÕES

25.1 - As sanções que poderão ser aplicadas ao PROPONENTE são as previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, neste Edital de Licitação e no respectivo Contrato, sem prejuízo do disposto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e na Lei Municipal nº 8.983, de 06 de agosto de 2021.

25.2 - Sanções que poderão ser cominadas ao PROPONENTE, garantidos os direitos ao contraditório e à ampla defesa:

I) Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente:

a) De até 5% sobre o valor total da proposta do item e/ou lote ofertado, diante do cometimento das condutas previstas nas alíneas "a", "b" e "d" do item 25.3 do Edital;

b) De até 10% sobre o valor total da proposta do item e/ou lote ofertado, diante do cometimento da conduta prevista na alínea "c" do item 25.3 do Edital;

c) De até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da proposta do item e/ou lote ofertado, diante do cometimento das condutas previstas nas alíneas "d", "e", "f", "g" e "h" do item 25.3 do Edital;

II) Impedimento de licitar e contratar, com o Município de Joinville, Administração Direta e Indireta, e o descredenciamento do Cadastro de Fornecedor do Município de Joinville, pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais.

III) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

25.3 - O PROPONENTE será responsabilizado administrativamente, pelo cometimento das seguintes infrações:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não manter a proposta, quando devidamente convocado, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e comprovado;

- c) não celebrar Ata de Registro de Preços e/ou contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) ensejar o retardamento do certame, sem motivo justificado;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- f) fraudar a licitação;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- i) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

25.3.1 - Constituem comportamentos que serão enquadrados na alínea "a" do item 25.3, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação:

- I - deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;
- II - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;
- III - fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;
- IV - deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de Contratação, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação;

25.3.2 - Constituem comportamentos que serão enquadrados na alínea "b" do item 25.3, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação:

- I - deixar de atender a convocações do Agente de Contratação durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;
- II - deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo Agente de Contratação;
- III - abandonar o certame;
- IV - solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.

25.3.3 - Considera-se a conduta da alínea "f" do item 25.3 como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos da Prefeitura Municipal de Joinville, com exceção da conduta disposta na alínea "e" do item 25.3.

25.3.4 - Considera-se a conduta da alínea "g" do item 25.3 como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame, em especial agir em conluio ou em desconformidade com a lei; induzir deliberadamente a erro no julgamento; apresentar amostra deteriorada ou falsificada, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação.

25.4 - As multas aplicáveis para o caso de praticar ato lesivo obedecerão ao regramento previsto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e na Lei Municipal nº 8.983, de 06 de agosto de 2021 e na regulamentação vigente.

25.5 - As multas deverão ser pagas junto à Tesouraria da Secretaria de Fazenda do Município até o dia de pagamento que o PROPONENTE tiver direito, mediante o envio da guia para pagamento pela Unidade Gestora ao PROPONENTE, ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da cientificação.

25.6 - Nas sanções previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a natureza e a gravidade da infração cometida; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; as peculiaridades do caso concreto; os danos que dela provierem para a Administração Pública; e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas do PROPONENTE, nos termos do que dispõe o art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

25.7 - As sanções aplicadas serão registradas no cadastro do PROPONENTE e, para fins de publicidade, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

25.8 - Nenhum pagamento será realizado ao PROPONENTE enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de sanção.

25.9 - O montante de multas aplicadas ao PROPONENTE não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global da proposta.

25.10 - As sanções acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, quando convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

25.11 - A aplicação das sanções poderá ocorrer por intermédio de meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem, conforme previsto na Lei n 14.133/2021, legislações municipais e normativas que regulamentem a matéria no âmbito do Município.

26 - DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

26.1 - Os itens na entrega serão recebidos, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência - Anexo V, da seguinte forma:

- a) Provisoriamente, no ato da entrega do item, pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento;
- b) Definitivamente, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, contados após o recebimento provisório, a CONTRATANTE realizará o recebimento definitivo, que ocorrerá somente se os itens estiverem conforme quantidade solicitada e consoante as especificações do Termo de Referência;
- c) Na hipótese de verificação a que se refere o subitem 26.1, "b" não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;
- d) O recebimento provisório ou definitivo dos itens não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da futura contratação;
- e) Se a CONTRATANTE constatar, tanto no recebimento provisório como no definitivo, que os itens não correspondem ao exigido no Termo de Referência, ou estão em quantidade diversa da solicitada, a CONTRATADA deverá providenciar no prazo de 7 (sete) dias úteis, a substituição/reposição visando ao atendimento total das especificações, conforme item 2 do Termo de Referência, sem prejuízo da incidência das sanções previstas na contratação, no Edital, na Lei n°. 14.133/2021 e alterações posteriores e no Código de Defesa do Consumidor (Lei n°. 8.078/90).

27 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1 - Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, pelo e-mail: sap.lct@joinville.sc.gov.br, conforme estabelece o art. 164 da Lei Federal 14.133/21.

27.1.1 - O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, contado da data de recebimento do pedido, e ficarão disponíveis para todos os interessados nos endereços eletrônicos: www.joinville.sc.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br.

27.2 - Os pedidos de vistas acerca da presente licitação para os participantes do processo deverão ser realizados pelo e-mail sap.lct@joinville.sc.gov.br.

27.3 - É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, nos termos do art. 64, da Lei n ° 14.133/21..

27.3.1 - Havendo a necessidade de envio de documentos complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o proponente será convocado a encaminhá-los, via sistema, sob pena de desclassificação/inabilitação, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, conforme estabelecido pelo Pregoeiro no momento da convocação.

27.3.2 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

27.4 - O proponente que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do contrato que se fizerem necessários, por conveniência do Contratante, dentro do limite permitido pelo art 125 da Lei nº 14.133/21.

27.5 - A Secretaria de Administração e Planejamento poderá revogar o presente Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

27.6 - O presente Edital e seus Anexos poderão ser alterados pela Administração antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art.55, § 1º, da Lei 14.133/21, bem como adiar ou prorrogar o prazo para cadastro e/ou a abertura das Propostas.

27.7 - Ficam vinculados a este Edital e seus anexos as propostas de preços e demais documentos constantes dos presentes autos, dele não podendo se afastar durante a sua vigência.

27.8 - Serão aplicadas, em caso de vício ou defeito, além da Lei de Licitações, as disposições contidas no Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/90, inclusive no que concerne a garantia, prazo para atendimento da assistência técnica e demais normas disciplinadoras da matéria.

27.9 - Nenhuma indenização será devida aos proponentes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

27.10 - A participação na presente licitação implicará na aceitação integral e irrevogável dos termos deste Edital, seus anexos, bem como a observância dos regulamentos administrativos.

27.11 - Todas as informações/alterações relativas ao presente certame serão postadas nos endereços eletrônicos: www.joinville.sc.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br, sendo de exclusiva responsabilidade do interessado o seu acompanhamento.

ANEXO I

Quadro de Quantitativos e Especificações Mínimas do(s) Item(ns) e Valores Estimados/Máximos:

ITENS EXCLUSIVOS e ITENS COM COTA (Decreto Federal nº 8.538, de 06 de outubro de 2015)

Item	Tratamento	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	Exclusivo	43893 - ACENDEDOR DE FOGAO MANUAL Acendedor com ignição através de faísca , corpo em plástico, bico em metal. Medindo 20 cm a 30 cm de comprimento.	Unidade	31	5,88	182,28
2	Exclusivo	43894 - AMASSADOR DE BATATAS DE INOX Amassador em aço inox. Medindo 20 cm a 30 cm de altura.	Unidade	11	20,00	220,00
3	Exclusivo	43895 - BACIA REDONDA - 29L A 31L Bacia em plástico incolor ou branco, com formato arredondado, canelado e pegadores. Capacidade de 29 litros a 31 litros.	Unidade	40	35,07	1.402,80
4	Exclusivo	43896 - BACIA REDONDA - 4L A 5L Bacia em plástico incolor ou branco, com formato arredondado e canelado. Capacidade de 4 litros a 5 litros.	Unidade	61	11,87	724,07
5	Exclusivo	43897 - BACIA REDONDA - 6L A 7L Bacia em plástico incolor ou branco, com formato arredondado e canelado. Capacidade de 6 litros a 7 litros.	Unidade	49	8,51	416,99
6	Exclusivo	43899 - BANDEJA - 17L A 19L Bandeja em plástico, branca ou leitosa. Medindo no mínimo 9 cm de altura e capacidade de 17 litros a 19 litros.	Unidade	275	29,90	8.222,50
7	Exclusivo	43900 - BANDEJA - 6L A 8L Bandeja em plástico, branca ou leitosa. Medindo no mínimo 7 cm de altura e capacidade de 6 litros a 8 litros.	Unidade	154	11,63	1.791,02
8	Exclusivo	43901 - BANDEJA ABS - TAM P Bandeja lisa em plástico ABS. Medindo 30 cm a 35 cm x 18 cm a 23 cm x 2 cm a 3 cm (CxLxA).	Unidade	80	12,00	960,00
9	Exclusivo	44257 - BANDEJA DE ACRILICO DIAMANTADA Bandeja retangular, diamantada em acrílico transparente, medindo 40 cm x 35 cm x 2,5 cm (C x L x E), podendo variar até 0,5 cm.	Unidade	10	2.087,19	20.871,90

10	Exclusivo	43902 - BANDEJA PARA REFEICAO Bandeja retangular para refeição, sem divisórias e em plástico resistente a máquina lava-louças. Medindo 43 cm a 48 cm x 30 cm a 35 cm x 2 cm a 3 cm (CxLxA).	Unidade	36	15,87	571,32
11	Exclusivo	43903 - BULE DE ALUMINIO - 3L A 3,5L Bule de alumínio. Capacidade de 3 litros a 3,5 litros.	Unidade	22	69,90	1.537,80
12	Exclusivo	32851 - BULE DE INOX POR INDUCAO - 1,5L A 2,5L Bule de aço inox, para fogão por indução. Capacidade de 1,5 litros a 2,5 litros.	Unidade	5	185,51	927,55
13	Exclusivo	43904 - CACAROLA DE ALUMINIO - 10L A 11L Caçarola com tampa e pegadores em alumínio hotel. Capacidade de 10 litros a 11 litros.	Unidade	7	77,00	539,00
14	Exclusivo	43905 - CACAROLA DE ALUMINIO - 18L A 19L Caçarola com tampa e pegadores em alumínio hotel. Capacidade de 18 litros a 19 litros.	Unidade	3	108,57	325,71
15	Exclusivo	43906 - CACAROLA DE ALUMINIO - 5L A 6L Caçarola com tampa e pegadores em alumínio hotel. Capacidade de 5 litros a 6 litros.	Unidade	11	55,90	614,90
16	Exclusivo	43907 - CACAROLA DE CERAMICA - 1,5L A 2,5 Caçarola de cerâmica com tampa de vidro temperado, alças laterais, resistente a altas temperaturas. Capacidade de 1,5 litros a 2,5 litros.	Unidade	7	156,03	1.092,21
17	Exclusivo	33397 - CANECO DE ALUMINIO - N. 16 Caneco de alumínio hotel e cabo de baquelite. Capacidade de 2,5 litros a 3,2 litros.	Unidade	37	17,98	665,26
18	Exclusivo	43908 - CANUDO REUTILIZAVEL - 5MM A 7MM Canudo de silicone reutilizável. Medindo 20 cm a 30 cm de comprimento e 5 mm a 7 mm de diâmetro.	Unidade	24	5,30	127,20
19	Normal	32852 - CARRINHO AUXILIAR DE INOX Carrinho auxiliar em aço inox AISI 304, contendo 4 rodízios giratórios, sendo 2 com freio (trava). Puxadores e dois planos para transporte com capacidade mínima de estocagem de 50 quilos cada. Os planos devem ser totalmente revestidos por chapa de inox e conter aba de proteção de no mínimo 20 mm de altura. Medindo 100 cm x 50 cm x 90 cm (CxLxA), podendo variar para mais até 10 cm. Cota Principal	Unidade	165	999,00	164.835,00
20	Exclusivo	32852 - CARRINHO AUXILIAR DE INOX Carrinho auxiliar em aço inox AISI 304, contendo 4 rodízios giratórios, sendo 2 com freio (trava). Puxadores e dois planos para transporte com capacidade mínima de estocagem de 50 quilos cada. Os planos devem ser totalmente revestidos por chapa de inox e conter aba de proteção de no mínimo 20 mm de altura. Medindo 100 cm x 50 cm x 90 cm (CxLxA), podendo variar para mais até 10 cm. Cota Reservada até 25%	Unidade	54	999,00	53.946,00
21	Exclusivo	28076 - CHALEIRA DE ALUMINIO - 3L A 3,5L Chaleira de alumínio polido.	Unidade	414	65,38	27.067,32

		Capacidade de 3 litros a 3,5 litros.				
22	Exclusivo	32853 - CHALEIRA DE INOX POR INDUCAO - 2,5L A 3,5L Chaleira de aço inox, para fogão por indução e podendo ser esmaltado. Capacidade de 2,5 litros a 3,5 litros.	Unidade	9	76,87	691,83
23	Exclusivo	43915 - COLHER - 40CM A 45CM Colher em altileno, polietileno ou maciça, formato arredondado, côncava, resistente a alta temperatura (min. 150°), na cor branca. Medida da base somada ao cabo de 40 cm a 45 cm.	Unidade	27	14,00	378,00
24	Exclusivo	43916 - COLHER - 50CM A 60CM Colher em altileno, polietileno ou maciça, formato arredondado, côncava, resistente a alta temperatura (min. 150°), na cor branca. Medida da base somada ao cabo de 50 cm a 60 cm.	Unidade	20	23,50	470,00
25	Exclusivo	43917 - COLHER DE INOX PARA SERVIR Colher para servir em aço inox, com cabo em baquelite, altileno, polietileno, polipropileno ou maciça. Medida da base somada ao cabo de 33 cm a 40 cm.	Unidade	74	11,40	843,60
26	Exclusivo	43918 - COLHER DE SILICONE - 25CM A 35CM Colher em silicone resistente a alta temperatura (min. 150°), com a base côncava e sem perfurações (aberturas). Medida da base somada ao cabo de 25 cm a 35 cm.	Unidade	46	11,90	547,40
27	Exclusivo	43919 - COLHER REMO Colher com a base reta/plana em polietileno ou polipropileno ou politetrafluoretileno, resistente a alta temperatura (min. 150°), na cor branca, com cabo de aço inox. Medida da base somada ao cabo de 60 cm a 100 cm.	Unidade	17	65,40	1.111,80
28	Exclusivo	43920 - CONCHA DE INOX Concha em aço inox. Capacidade de 130 ml a 150 ml.	Unidade	27	7,99	215,73
29	Exclusivo	43921 - CONJUNTO MEDIDOR DE COLHER Conjunto medidores de colher em plástico, contendo no mínimo quatro peças com as medidas: 1/2 colher de chá (2,5 ml), 1 colher de chá (5 ml); 1/2 colher de sopa (7,5 ml); 1 colher de sopa (15 ml).	KIT	16	9,36	149,76
30	Exclusivo	43922 - CONJUNTO MEDIDOR DE XICARA Conjunto medidores de xícaras, em plástico, contendo no mínimo quatro peças com as medidas de 1/4 xícara de chá (60 ml); 1/3 xícara de chá (80 ml); 1/2 xícara de chá (120 ml); 1 xícara de chá (240 ml).	KIT	18	8,19	147,42
31	Exclusivo	43923 - COPO DE VIDRO - 300 ML Copo de vidro liso e incolor. Capacidade de 300 ml, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade	2.972	4,20	12.482,40
32	Exclusivo	43924 - COPO DE VIDRO - 60ML A 100ML Copo de vidro liso e incolor. Capacidade de 60 ml a 100 ml.	Unidade	156	2,87	447,72
33	Exclusivo	28024 - COPO MEDIDOR - 500 ML Copo de plástico graduado. Capacidade de 500 ml.	Unidade	26	5,82	151,32
		43925 - COPO TREINAMENTO COM				

34	Exclusivo	BICO Copo de treinamento sem alça, tampa rosqueável, sistema antivazamento e bico rígido ou semi rígido anatômico com furos. Esterilizável e isento de bisfenol A. Capacidade de 140 ml a 260 ml.	Unidade	32	3,99	127,68
35	Exclusivo	43926 - COPO TREINAMENTO COM BICO E ALÇA Copo de treinamento com alça, tampa rosqueável, sistema antivazamento e bico rígido ou semi rígido anatômico com furos. Esterilizável e isento de bisfenol A. Capacidade de 140 ml a 260 ml.	Unidade	32	11,21	358,72
36	Exclusivo	32856 - COPO TREINAMENTO SEM BICO Copo de treinamento 360 graus com alça e válvula de silicone. Esterilizável e isento de bisfenol A. Capacidade de 140 ml a 260 ml.	Unidade	30	56,60	1.698,00
37	Exclusivo	40891 - CUBA GASTRONOMICA GN 1/1 TEFLONADA PARA OVOS Cuba gastronômica com 08 cavidades para ovos. Medindo 530 mm x 325 mm (CxL).	Unidade	6	84,34	506,04
38	Exclusivo	43927 - ESCORREDOR DE ALUMINIO - 40CM A 50CM Escorredor de alumínio hotel, arredondado, com alças laterais e base fixada. Medindo 40 cm a 50 cm de diâmetro e 18 cm a 25 cm de altura.	Unidade	12	50,42	605,04
39	Exclusivo	43928 - ESCORREDOR DE INOX - 24CM A 35CM Escorredor de aço inox, arredondado, com alças laterais e base fixada. Medindo 24 cm a 35 cm de diâmetro e 12 cm a 22 cm de altura.	Unidade	22	24,92	548,24
40	Exclusivo	43929 - ESCUMADEIRA DE ALUMINIO Escumadeira de alumínio. Medida da base 12 cm a 15 cm de diâmetro e do cabo com 40 cm a 50 cm.	Unidade	11	15,71	172,81
41	Exclusivo	43930 - ESPATULA DE INOX PARA BOLO Espátula em aço inox. Medida da base somada ao cabo de 20 cm a 25 cm.	Unidade	444	6,98	3.099,12
42	Exclusivo	43931 - ESPATULA DE SILICONE Espátula em silicone resistente a altas temperaturas. Medida da base somada ao cabo de 25 cm a 30 cm de comprimento.	Unidade	32	11,16	357,12
43	Exclusivo	21089 - ESPREMEDOR DE INOX PARA LIMÃO Espremedor em aço inox para limão.	Unidade	18	14,44	259,92
44	Exclusivo	33417 - ESTRADO MODULAR - 25CM X 50CM Estrado de plástico em módulos de fácil encaixe na cor branca. Medindo 25 cm a 27 cm x 50 cm a 52 cm x 2,5 cm (CxLxA).	Unidade	154	12,09	1.861,86
45	Exclusivo	43933 - FACA DE CORTE - 8' Faca de corte com cabo em polipropileno e superfície texturizada e lâmina em aço inox tratado termicamente.	Unidade	67	16,80	1.125,60
46	Exclusivo	43932 - FACA DE CORTE - 9' Faca de corte com cabo em polipropileno e superfície texturizada e lâmina em aço inox tratado termicamente.	Unidade	66	24,00	1.584,00
47	Exclusivo	43934 - FACA PARA PAO Faca com cabo em polipropileno e lâmina em aço inox com fio serrilhado. Medida da lâmina de 17 cm a 20 cm.	Unidade	29	6,81	197,49

48	Exclusivo	33379 - FORMA DE ALUMINIO PARA PAO - 26CM Forma/assadeira para pão, em alumínio. Medindo 26 cm x 12 cm x 5 cm (CxLxA), podendo variar até 2 cm no comprimento e/ou largura e/ou 0,5 cm na altura.	Unidade	16	12,67	202,72
49	Exclusivo	43935 - FORMA DE ALUMINIO PARA PUDIM - N.28 Forma/assadeira para pudim/bolo, em alumínio. Medindo 28 cm de diâmetro e 9 cm a 11 cm de altura.	Unidade	8	18,40	147,20
50	Exclusivo	43936 - FORMA RETANGULAR DE ALUMINIO - N.01 Forma/assadeira em alumínio, retangular. Medindo 29 cm x 20 cm x 5 cm (CxLxA), podendo variar até 3 cm.	Unidade	9	26,66	239,94
51	Exclusivo	43937 - FORMA RETANGULAR DE ALUMINIO - N.02 Forma/assadeira em alumínio, retangular. Medindo 32 cm x 23 cm x 5 cm (CxLxA), podendo variar até 3 cm.	Unidade	14	32,00	448,00
52	Exclusivo	43938 - FORMA RETANGULAR DE ALUMINIO - N.03 Forma/assadeira em alumínio, retangular. Medindo 35 cm x 26 cm x 5 cm (CxLxA), podendo variar até 3 cm.	Unidade	23	39,18	901,14
53	Exclusivo	44261 - FOSFORO - 4 CM Kit com 10 caixinhas de fósforos em madeira, com 40 palitos de fósforo de 4 cm cada.	KIT	129	4,69	605,01
54	Exclusivo	43939 - FRIGIDEIRA DE ALUMINIO - 18CM Frigideira em alumínio e antiaderente, com cabo de baquelite. Medindo 18 cm de diâmetro, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade	9	29,42	264,78
55	Exclusivo	43941 - FRIGIDEIRA DE ALUMINIO - 28CM Frigideira em alumínio e antiaderente, com cabo de baquelite. Medindo 28 cm de diâmetro, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade	7	60,73	425,11
56	Exclusivo	43942 - FRIGIDEIRA DE ALUMINIO - 38CM Frigideira em alumínio, antiaderente e com cabo de baquelite. Medindo 38 cm de diâmetro, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade	2	114,07	228,14
57	Exclusivo	33424 - FUNIL - 100MM Funil em plástico com 100 mm de diâmetro.	Unidade	42	6,26	262,92
58	Normal	28087 - GARRAFA TERMICA COM TORNEIRA - 6L Garrafa térmica com torneira, desmontável para higienização e pés retráteis, corpo em plástico resistente. Capacidade de 6 litros. Cota Principal	Unidade	367	187,83	68.933,61
59	Exclusivo	28087 - GARRAFA TERMICA COM TORNEIRA - 6L Garrafa térmica com torneira, desmontável para higienização e pés retráteis, corpo em plástico resistente. Capacidade de 6 litros. Cota Reservada até 25%	Unidade	120	187,83	22.539,60
60	Exclusivo	43943 - GARRAFA TERMICA DE INOX - 1,8L A 2L Garrafa térmica com revestimento em inox, com ampola de vidro e alça móvel fixada na tampa, com sistema de pressão. Capacidade de 1,8 litros a 2 litros.	Unidade	458	86,66	39.690,28

61	Exclusivo	43944 - JARRA DE INOX COM TAMPA - 2L Jarra de inox em aço inoxidável. Capacidade de 2 litros, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade	57	71,47	4.073,79
62	Exclusivo	43945 - JARRA DE VIDRO COM TAMPA - 1,5L Jarra de vidro liso, incolor, com tampa. Capacidade de 1,5 litros, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade	59	19,99	1.179,41
63	Exclusivo	43946 - JARRA PLASTICA COM TAMPA - 2L Jarra em plástico, lisa e sem textura, com bico para servir, incolor, cabo firme. Capacidade de 2 litros, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade	189	12,93	2.443,77
64	Exclusivo	43947 - JARRA PLASTICA GRADUADA COM TAMPA - 4L Jarra em plástico resistente, incolor. Capacidade de 4 litros, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade	136	34,35	4.671,60
65	Exclusivo	28218 - JOGO DE PANEAS POR INDUCAO Jogo de panelas para fogão de indução contendo 05 peças. Contendo: 01 panela com tampa, capacidade mínima de 1,55 L e máxima de 3 L; 01 panela com tampa, capacidade mínima de 1,25 L e máxima de 1,5 L; 01 caçarola com tampa, capacidade mínima de 3,55 L e máxima de 5 L; 01 caçarola com tampa, capacidade mínima de 2,55 L e máxima de 4,6 L e 01 frigideira com no mínimo 22 cm e no máximo 26 cm de diâmetro e com no mínimo 4,5cm e no máximo 5 cm de profundidade.	KIT	3	586,27	1.758,81
66	Exclusivo	43948 - LEITEIRA DE ALUMINIO - 2L A 3L Leiteira em alumínio polido, com capacidade mínima de 2 litros e máxima de 3 litros.	Unidade	7	25,72	180,04
67	Exclusivo	32874 - OMELETEIRA DE ALUMINIO Omeleteira em alumínio, revestimento antiaderente, cabo de baquelite preto. Diâmetro 18 cm a 20 cm.	Unidade	8	37,23	297,84
68	Exclusivo	43949 - PANELA DE PRESSAO DE ALUMINIO - 15L Panela de pressão em alumínio, com fechamento externo, tampa com vedação, válvula para controle da pressão e válvulas de segurança, com cabo longo confeccionado em baquelite. Capacidade de 15 litros, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade	1	334,00	334,00
69	Exclusivo	43950 - PANELA DE PRESSAO DE ALUMINIO - 3L A 4,5L Panela de pressão em alumínio, com fechamento externo, tampa com vedação, válvula para controle de pressão e válvula de segurança, com cabo longo confeccionado em baquelite. Capacidade de 3 litros a 4,5 litros.	Unidade	6	108,04	648,24
70	Exclusivo	43951 - PANELA DE PRESSAO DE ALUMINIO - 6L A 7,5L Panela de pressão em alumínio, com fechamento externo, tampa com vedação, válvula para controle de pressão e válvula de segurança, com cabo longo confeccionado em	Unidade	2	92,73	185,46

		baquelite. Capacidade de 6 litros a 7,5 litros.				
71	Exclusivo	43952 - PANELO DE PRESSAO POR INDUCAO - 4L A 5L Panela de pressão para fogão de indução, capacidade mínima de 4 litros e máxima de 5 litros.	Unidade	1	319,99	319,99
72	Exclusivo	33433 - PEDRA PARA AFIAR LAMINA Pedra para afiar em formato retangular, dupla face, com duas opções de afiação desgaste e acabamento, suporte antideslizante.	Unidade	24	6,62	158,88
73	Exclusivo	40569 - PEGADOR EM INOX TIPO PINCA Pegador em aço inox, em formato de pinça com dentes. Comprimento total mínimo de 20 cm e máximo de 30 cm.	Unidade	449	5,70	2.559,30
74	Exclusivo	27977 - PENEIRA EM INOX - 12CM Peneira em aço inox, medindo 12 cm de diâmetro.	Unidade	27	5,63	152,01
75	Exclusivo	27976 - PENEIRA EM INOX - 20CM Peneira em aço inox, medindo 20 cm de diâmetro.	Unidade	27	14,60	394,20
76	Exclusivo	33434 - PINCEL DE SILICONE Pincel em silicone resistente a altas temperaturas. Comprimento de 23 cm a 26 cm.	Unidade	27	11,27	304,29
77	Exclusivo	43953 - POTE COM TAMPA - 250ML Pote fabricado em polipropileno, livre de BPA, incolor ou branco, com tampa, resistente a altas e baixas temperaturas. Capacidade de 250ml, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade	134	2,97	397,98
78	Exclusivo	43954 - POTE COM TAMPA - 7L A 8L Pote fabricado em polipropileno, livre de BPA, incolor ou branco, com tampa, resistente a altas e baixas temperaturas. Capacidade de 7 litros a 8 litros.	Unidade	87	23,60	2.053,20
79	Exclusivo	43955 - POTE COM TAMPA - 800ML Pote fabricado em polipropileno, livre de BPA, incolor ou branco, com tampa, resistente a altas e baixas temperaturas. Capacidade de 800ml, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade	113	7,90	892,70
80	Exclusivo	44258 - POTE COM TAMPA HERMETICO E TRAVAS - 270ML A 360ML Pote fabricado em polipropileno, com tampa hermética e travas no fechamento. Capacidade de 270 ml a 360 ml. Medindo 4,5cm x 9,5cm x 13cm (A x L x C), podendo variar até 2 cm.	Unidade	50	6,60	330,00
81	Exclusivo	43956 - POTE DE VIDRO COM TAMPA - 3L A 3,5L Pote em vidro liso, incolor e com tampa. Capacidade de 3 litros a 3,5 litros.	Unidade	111	15,44	1.713,84
82	Exclusivo	43957 - POTE DE VIDRO COM TAMPA ROSQUEAVEL - 200ML Pote em vidro liso, incolor e com tampa plástica rosqueável. Capacidade de 200 ml, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade	1.073	2,24	2.403,52
83	Exclusivo	44255 - POTE REDONDO COM TAMPA - 2,5L A 3,5L Pote redondo, fabricado em polipropileno, livre de BPA, com tampa, rosqueável. Capacidade de 2,5 litros a 3,5 litros.	Unidade	80	19,90	1.592,00

		Medindo de 15 cm a 25 cm de altura.				
84	Exclusivo	44256 - POTE REDONDO COM TAMPA - 4,5L A 5,5L Pote redondo, fabricado em polipropileno, livre de BPA, com tampa, rosqueável. Capacidade de 4,5 litros a 5,5 litros. Medindo de 15 cm a 25 cm de altura.	Unidade	80	19,90	1.592,00
85	Exclusivo	43958 - POTE RETANGULAR COM TAMPA - 1,5L Pote retangular fabricado em polipropileno, BPA Free, incolor ou branco, com tampa, resistente a altas e baixas temperaturas. Capacidade de 1,5 litros, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade	69	7,79	537,51
86	Exclusivo	43959 - POTE RETANGULAR COM TAMPA - 11L Pote retangular fabricado em polipropileno, livre de BPA, incolor ou branco, com tampa, resistente a altas e baixas temperaturas. Capacidade de 11 litros, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade	64	29,60	1.894,40
87	Exclusivo	43960 - POTE RETANGULAR COM TAMPA - 2L Pote retangular fabricado em polipropileno, livre de BPA, incolor ou branco, com tampa, resistente a altas e baixas temperaturas. Capacidade de 2 litros, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade	52	10,90	566,80
88	Exclusivo	43961 - POTE RETANGULAR COM TAMPA - 4L A 4,5L Pote retangular fabricado em polipropileno, livre de BPA, incolor ou branco, com tampa, resistente a altas e baixas temperaturas. Capacidade de 4 litros a 4,5 litros.	Unidade	55	19,90	1.094,50
89	Exclusivo	43962 - POTE RETANGULAR COM TAMPA - 500ML Pote retangular fabricado em polipropileno, livre de BPA, incolor ou branco, com tampa, resistente a altas e baixas temperaturas. Capacidade de 500 ml, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade	78	6,90	538,20
90	Exclusivo	43963 - PRATO DE VIDRO FUNDO Prato fundo em vidro temperado, redondo, branco ou incolor. Diâmetro de 22 cm a 24 cm.	Unidade	2.873	7,30	20.972,90
91	Exclusivo	43964 - PRATO DE VIDRO PARA SOBREMESA Prato para sobremesa em vidro temperado, redondo, branco ou incolor. Diâmetro de 18 cm a 20 cm.	Unidade	2.923	7,03	20.548,69
92	Exclusivo	43965 - PRATO DE VIDRO RASO Prato raso em vidro temperado, redondo, branco ou incolor. Diâmetro de 22 cm a 24 cm.	Unidade	414	7,30	3.022,20
93	Exclusivo	43966 - RALADOR MANUAL EM INOX Ralador em aço inox, com cabo e contendo 4 faces e 4 funções. Medindo de 20 cm a 26 cm de altura e base com 10 cm a 16 cm de comprimento.	Unidade	28	13,65	382,20
94	Exclusivo	43967 - REFRATARIO REDONDO - 2,4L Refratário/assadeira de vidro, e, com capacidade de 2,4 litros e podendo variar até 100 ml.	Unidade	5	44,90	224,50
		43968 - REFRATARIO REDONDO				

95	Exclusivo	COM TAMPA - 2,4L Refratário/assadeira de vidro com tampa plástica ou de silicone, e, capacidade de 2,4 litros e podendo variar até 100 ml.	Unidade	44	49,93	2.196,92
96	Exclusivo	43969 - REFRATARIO RETANGULAR - 29CM Refratário/assadeira de vidro, retangular. Medindo 29 cm x 17 cm x 5 cm (CxLxA), podendo variar até 2 cm no comprimento e na largura e 5 mm na altura.	Unidade	13	35,99	467,87
97	Exclusivo	43970 - REFRATARIO RETANGULAR - 36CM Refratário/assadeira de vidro, retangular. Medindo 36 cm x 21 cm x 5 cm (CxLxA), podendo variar até 3 cm.	Unidade	13	46,93	610,09
98	Exclusivo	43971 - REFRATARIO RETANGULAR - 39CM Refratário/assadeira de vidro, retangular. Medindo 39 cm x 24 cm x 7 cm (CxLxA), podendo variar até 3 cm.	Unidade	10	39,99	399,90
99	Exclusivo	43972 - REFRATARIO RETANGULAR COM TAMPA - 29CM Refratário/assadeira de vidro com tampa plástica ou de silicone, retangular. Medindo 29 cm x 17 cm x 5 cm (CxLxA), podendo variar até 3 cm.	Unidade	51	34,99	1.784,49
100	Exclusivo	43973 - RODO DE PIA Rodo de pia com borracha/EVA na parte inferior inteira da base. Medindo 16 cm a 22 cm de largura na base e medida da base somada ao cabo de 20 cm a 28 cm de comprimento.	Unidade	78	6,19	482,82
101	Exclusivo	43974 - SOCADOR DE FEIJOAO Socador de feijão em polietileno ou polipropileno, na cor branca, com cabo de aço inox. resistente. Medida da base somada ao cabo de 50 cm a 60 cm de comprimento e base com 7 cm a 9 cm diâmetro.	Unidade	4	63,99	255,96
102	Exclusivo	43976 - SUPORTE PARA COADOR - N.103 Suporte para coador em plástico, resistente para suportar água em alta temperatura, corpo com alça e suporte plano, para filtros nº 103.	Unidade	50	5,30	265,00
103	Exclusivo	33447 - TABUA DE CORTE AMARELA - 50CM X 30CM Tábua de corte em polietileno, na cor amarela. Medidas: 50 cm x 30 cm x 1,5 cm (CxLxE), podendo variar 3 cm no tocante ao comprimento e largura e 0,5 cm no tocante a espessura.	Unidade	15	53,34	800,10
104	Exclusivo	33450 - TABUA DE CORTE BRANCA - 40CM X 20CM Tábua de corte em polietileno, na cor branca. Medidas: 40 cm x 20 cm x 1,5 cm (CxLxE), podendo variar 5 cm no tocante ao comprimento e largura e 0,5 cm no tocante a espessura.	Unidade	18	31,63	569,34
105	Exclusivo	33448 - TABUA DE CORTE BRANCA - 50CM X 30CM Tábua de corte em polietileno, na cor branca. Medidas: 50 cm x 30 cm x 1,5 cm (CxLxE), podendo variar 3 cm no tocante ao comprimento e largura e 0,5 cm no tocante a espessura.	Unidade	14	54,88	768,32
106	Exclusivo	33451 - TABUA DE CORTE VERDE - 40CM X 20CM Tábua de corte em polietileno, na cor verde. Medidas: 40 cm x 20 cm x 1,5 cm (CxLxE), podendo variar 5 cm no tocante ao comprimento e largura e	Unidade	9	69,90	629,10

		0,5 cm no tocante a espessura.				
107	Exclusivo	33449 - TABUA DE CORTE VERDE - 50CM X 30CM Tábua de corte em polietileno, na cor verde. Medidas: 50 cm x 30 cm x 1,5 cm (CxLxE), podendo variar 3 cm no tocante ao comprimento e largura e 0,5 cm no tocante a espessura.	Unidade	11	55,00	605,00
108	Exclusivo	43977 - TALHER DE INOX - COLHER PARA CAFE Colher para café em aço inox. Medida da base somada ao cabo de 9 cm a 11 cm.	Unidade	3.012	1,50	4.518,00
109	Exclusivo	43978 - TALHER DE INOX - COLHER PARA CHA Colher para chá em aço inox. Medida da base somada ao cabo de 12 cm a 14 cm.	Unidade	261	2,10	548,10
110	Exclusivo	43979 - TALHER DE INOX - COLHER PARA SOBREMESA Colher para sobremesa em aço inox. Medida da base somada ao cabo de 15 cm a 17 cm.	Unidade	3.073	2,44	7.498,12
111	Exclusivo	43980 - TALHER DE INOX - COLHER PARA SOPA Colher de sopa em aço inox. Medida da base somada ao cabo de 18 cm a 21 cm.	Unidade	3.285	2,81	9.230,85
112	Exclusivo	43981 - TALHER DE INOX - FACA DE MESA Faca de mesa sem ponta em aço inox. Medida da base somada ao cabo de 20 cm a 22 cm.	Unidade	3.366	2,20	7.405,20
113	Exclusivo	43982 - TALHER DE INOX - FACA DE SOBREMESA Faca de sobremesa em aço inox. Medida da base somada ao cabo de 17 cm a 19 cm.	Unidade	121	1,96	237,16
114	Exclusivo	43983 - TALHER DE INOX - GARFO DE MESA Garfo de mesa em aço inox, com 4 dentes em formado côncavo. Medida da base somada ao cabo de 18 cm a 22 cm.	Unidade	3.378	1,53	5.168,34
115	Exclusivo	43984 - TALHER DE INOX - GARFO DE SOBREMESA Garfo de sobremesa em aço inox, com 4 dentes em formado côncavo. Medida da base somada ao cabo de 16 cm a 18 cm.	Unidade	2.859	1,63	4.660,17
116	Exclusivo	32878 - TIGELA DE CERAMICA - 300ML A 450ML Tigela em cerâmica, formato redondo, lisa, de coloração única, resistente à micro-ondas e máquina de lavar louças. Capacidade mínima de 300 ml a 450 ml.	Unidade	2.586	10,96	28.342,56
117	Exclusivo	44259 - XICARA COM PIRES PARA CAFE Xicara com alça e pires, em vidro temperado ou porcelana, na cor branca, com formato reto. Capacidade de 70 ml, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade	49	11,30	553,70
118	Exclusivo	44260 - XICARA PARA CHA Xicara com alça, em vidro temperado ou porcelana, na cor branca. Capacidade de 246 ml, podendo variar até 50 ml.	Unidade	98	12,91	1.265,18
Total Geral						611.748,96

Observação: As descrições do objeto devem ser observadas em conjunto com as descrições técnicas estabelecidas no Anexo VI - Termo de Referência.

ANEXO II
Modelo de Proposta de Preços

À

Secretaria de Administração e Planejamento

Item	Material	Marca	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total

Preço total em R\$ por extenso:

Validade da Proposta:

Garantia (se for o caso):

Dados do proponente:

Razão Social:

Endereço:

Município:

Estado:

CEP:

CNPJ:

Fone:

E-mail:

Banco:

Agência bancária:

Conta:

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato/Ata de Registro de Preços:

Nome:

CPF:

Cargo/Função:

Declaramos que temos amplo conhecimento e aceitamos todas as condições estabelecidas no edital do Pregão Eletrônico e seus anexos.

Local e Data:

Nome, cargo e assinatura

ANEXO III
Minuta da Ata de Registro de Preços
PREGÃO 037/2025
VALIDADE: 12 (doze) MESES

O Município de Joinville, por intermédio da Secretaria de Administração e Planejamento, doravante

denominada ÓRGÃO PROMOTOR, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 28.024, de 09 de dezembro de 2016, Decreto Municipal nº 56.224, de 24 de agosto de 2023, Decreto Municipal nº 64.109, de 18 de dezembro de 2024 e das demais normas legais aplicáveis neste ato representado pelo Sr. Ricardo Mafra, Secretário de Administração e Planejamento e pela Sra. Silvia Cristina Bello, Diretora Executiva, em face das propostas apresentadas e do resultado do julgamento do **Pregão Eletrônico nº 037/2025**, resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa abaixo qualificada, para futura e eventual **Aquisição de utensílios de copa e cozinha**, nas quantidades, termos e condições descritos no Edital e seus anexos, que passam a fazer parte desta, e em conformidade com as disposições a seguir:

Nome da empresa: xxxxxxxxx

CNPJ: xx.xxx.xxx.xxxx/xx

Endereço: xxxxxxxxx

Cidade: xxxxxxxxx Estado: xx

CEP: xx.xxx-xxx

Telefone: (xx) xxxxxx

Email: xxxxxx

Representante Legal: xxxxxx CPF: xxx.xxx.xxx-xx

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Os quantitativos do objeto desta licitação estão divididos observando o Decreto Federal nº 8.538/15, da seguinte forma:

a) Itens exclusivos (com valores máximos estimados até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) - destinados exclusivamente à participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, sem prejuízo de sua participação na cota principal e na cota reservada;

b) Cota Principal, destinado à participação dos interessados que atendam às exigências estabelecidas neste Edital;

c) Cota Reservada 25% - corresponde a até 25% das quantidades totais do objeto, destinado à participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, sem prejuízo de sua participação nos itens exclusivos e na cota principal.

1.2 - **Será priorizada a aquisição/contratação do objeto das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente, de acordo com o §4º do art. 8º do Decreto nº 8.538/15.**

1.3 - A presente ata tem por objeto o registro de preços para fornecimento, quando requerido, dos seguintes itens:

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, contado a partir do 1º do útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, desde que demonstrado o preço vantajoso.

2.1.1 - Em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, as quantidades inicialmente registradas poderão ser renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

2.2 - Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Joinville não será obrigado a adquirir o objeto referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, ou, cancelar a Ata na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

2.3 - É vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

2.4 - Os preços inicialmente contratados somente poderão ser reajustados após o prazo de um ano, contado da data base do orçamento estimado, qual seja, 22/10/2024.

2.5 - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do IPCA - Índice de Preço ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

2.6 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

2.7 - Quando a Ata de Registro de Preços for reajustada, a data base para reajuste dos Contratos emitidos após esse reajuste, passará a ser da data base do reajuste da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS E DA FORMA DE ENTREGA DO OBJETO

3.1 - A vigência do futuro contrato deverá observar o tempo necessário à entrega, ao pagamento do objeto licitado e à disponibilidade de créditos orçamentários, sendo estabelecida no termo contratual.

3.2 - O objeto deverá ser entregue de forma parcelada em até 15 (quinze) dias úteis, após cada solicitação.

3.2.1 - No caso de expedição de Autorização de Fornecimento (AF), a forma de entrega será única e em até 15 (quinze) dias úteis, a partir da data da solicitação.

3.3 - O local para entrega será conforme o subitem 5.2 do Termo de Referência - Anexo V.

3.4 - Para fins de contagem dos prazos previstos será considerado como data de assinatura do contrato a data da última assinatura (dia/mês/ano) dos signatários referenciados no preâmbulo do referido instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

4.1 - A contratação do(s) proponente(s) vencedor(es) do presente Pregão será representada pela expedição do Termo de Contrato/Autorização de Fornecimento (AF), da qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do produto licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para entrega dos produtos conforme solicitação do Município.

4.2 - Convocação para assinatura do Contrato e/ou retirada da Autorização de Fornecimento (AF):

4.2.1 - Os fornecedores registrados serão convocados para assinatura eletrônica do contrato, que deverá ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação (SEI).

4.2.2 - O(s) representante(s) legal(is) do(s) vencedor(s) receberá(ão) um e-mail no endereço cadastrado informando a disponibilização do documento para assinatura eletrônica, o qual indicará o *link* para acesso.

4.2.3 - É de responsabilidade exclusiva do usuário a consulta acerca da disponibilização do documento para assinatura no seu ambiente virtual.

4.3 - Se o vencedor não apresentar situação de habilitação regular ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o Contrato, poderá ser convocado outro proponente. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo à sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao Edital que será declarado o vencedor do certame, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço.

4.3.1 - Se o vencedor se recusar a assinar o Contrato no prazo estabelecido, apresentar justificativa por escrito não aceita pela Administração ou deixar de fazê-lo, além de decair do direito, sujeitar-se-á das sanções previstas neste instrumento.

4.4 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços, e eventualmente o termo contratual e/ou Autorização de Fornecimento (AF), o proponente vencedor obriga-se a fornecer os bens registrados, conforme especificações e condições contidas na Ata de Registro de Preços, no Edital e seus anexos, e também na proposta apresentada.

4.5 - Para assinatura eletrônica do Contrato o vencedor deverá:

4.5.1 - Apresentar certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: **Fazenda Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Fazenda Estadual, Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede do proponente e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, em atendimento ao art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/21 e a **Certidão de Negativas Débitos Trabalhistas**, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

4.5.3 - Caso a assinatura do termo contratual seja realizada por um procurador designado pelo proponente, deverá ser apresentada a procuração pública ou particular, com poderes específicos para representar o interessado.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pelo(s) vencedor(s) da licitação, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

5.1.1 - O Município responsabilizar-se-á pelo pagamento resultantes de modificações contratuais sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Gestora do Contrato, observados os limites do art 125 da Lei nº 14.133/21.

5.1.2 - O pagamento será por item entregue, após conferência e recebimento definitivo do atendimento das especificações do Termo de Referência.

5.2 - O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome do Município, da qual deverá constar o número desta licitação, empenho e das negativas fiscais regularizadas (Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Estadual, Municipal, FGTS e a Certidão de Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

5.3 - As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações federais, estaduais e municipais vigentes.

5.4 - O pagamento da Nota Fiscal será efetuado em até 30 (trinta) dias após o aceite da medição/produto, de acordo com o Processo SEI de Gestão-Certificação de Documento Fiscal.

5.5 - Em caso de atraso dos pagamentos por culpa exclusiva da Administração, será aplicado como índice de atualização monetária o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - A entrega do objeto só estará caracterizada mediante emissão de Autorização de Fornecimento/AF e Termo de Contrato dos itens contratados.

6.2 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Os produtos deverão ser entregues acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES

7.1 - As sanções que poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR são as previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nesta Licitação e no Contrato (caso firmado).

7.2 - Sanções que poderão ser cominadas ao FORNECEDOR, garantidos os direitos ao contraditório e à ampla defesa:

I) Advertência;

II) Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente:

a) De até 5%, nos casos de não celebrar contrato, sobre o valor total do contrato pretendido;

b) De até 5%, nos casos de inexecução parcial da Ata de Registro de Preços (que não cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo), sobre o valor total do instrumento equivalente ao contrato;

c) De até 5%, nos casos de descumprimento das obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, sobre o valor total da Ata de Registro de Preços;

c) 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor do instrumento equivalente ao contrato, por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto, **até o limite de 10% (dez por cento);**

d) De até 10% (dez por cento), nos casos de inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, sobre o valor do instrumento equivalente ao contrato, em percentual proporcional ao descumprimento, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder.

e) De até 15% (quinze por cento), nos casos de inexecução contratual total por parte do fornecedor, sobre o valor total do instrumento equivalente ao contrato, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder.

f) De até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços para os casos de apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa; praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza na execução da

Ata de Registro de Preços.

III) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Joinville, Administração Direta e Indireta, e o descredenciamento do Cadastro de Fornecedor do Município de Joinville, pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais.

IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

7.3 - O FORNECEDOR será responsabilizado pelo cometimento das seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços e/ou do instrumento equivalente ao contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços e/ou do instrumento equivalente ao contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços e/ou do instrumento equivalente ao contrato;
- d) não celebrar contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- f) apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do objeto da Ata de Registro de Preços;
- g) praticar ato fraudulento na execução do do objeto da Ata de Registro de Preços;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza durante a execução do objeto da Ata de Registro de Preços;
- i) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- j) descumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

7.4 - As multas aplicáveis para o caso de praticar ato lesivo obedecerá o regramento previsto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e na Lei Municipal nº 8.983, de 06 de agosto de 2021 e na regulamentação vigente.

7.5 - As multas deverão ser pagas junto à Tesouraria da Secretaria de Fazenda do Município até o dia de pagamento que o FORNECEDOR tiver direito ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da notificação.

7.6 - Nas sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços, a Administração considerará, motivadamente, a natureza e a gravidade da infração cometida; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; as peculiaridades do caso concreto; os danos que dela provierem para a Administração Pública; e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas do FORNECEDOR, nos termos do que dispõe o art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

7.7 - As sanções aplicadas serão registradas no cadastro do FORNECEDOR e, para fins de publicidade, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

7.8 - Nenhum pagamento será realizado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de sanção ou inadimplência contratual.

7.9 - O montante de multas aplicadas ao FORNECEDOR não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global da Ata de Registro de Preços, caso aconteça o ÓRGÃO PROMOTOR terá o direito de cancelar o Registro de Preços mediante notificação.

7.10 - As sanções acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

7.11 - A aplicação das sanções poderá ocorrer por intermédio de meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e legislações municipais.

CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO DA ATA

8.1 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou

previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133 de 2021;

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

c) na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133 de 2021.

8.2 - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2.1 - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.2.2 - Na hipótese prevista no subitem 8.2.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

8.2.3 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

8.2.4 - Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.3 - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.3.1 - Para fins do disposto no subitem 8.3, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.3.2 - Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na legislação aplicável.

8.3.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 8.3.2, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

8.3.4 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no subitem 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa

8.3.5 - Na hipótese de comprovação do disposto nos subitens 8.3 e 8.3.1 o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.3.5.1 - Para fins do disposto no subitem 8.3.5, na hipótese de desequilíbrio, a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização - CAF deverá consultar os fornecedores constantes no Cadastro de Reserva, se houver, como forma de comprovação da compatibilidade com os preços praticados no mercado.

8.3.6 - O órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços sem motivo justificado;

b) não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no subitem 8.3.2; ou;

d) sofrer sanção prevista nos [incisos III](#) ou [IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1 - Na hipótese prevista na letra "d", caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de

vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.1.2 - O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no subitem 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.1.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.2 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 8.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE COMPRA

10.1 - As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelas Secretarias Participantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 - As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Cidade de Joinville - SC, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº XXX/2024

Termo de Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE JOINVILLE – Departamento de Trânsito de Joinville, inscrito no C.N.P.J. nº 83.108.035/0001-76, Hospital Municipal São José, inscrito no C.N.P.J. nº 84.703.248/0001-09, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Administração e Planejamento, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação, inscrito no C.N.P.J. nº 83.169.623/0001-10, Fundo Municipal de Assistência Social, inscrito no C.N.P.J. nº 08.184.785/0001-01, Fundo Municipal de Saúde, inscrito no C.N.P.J. 08.184.821/0001-37 ora em diante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário xxxxxx, Sr. xxxxxx, e a empresa xxxxxx, inscrita no C.N.P.J. nº. XX.XXX.XXX/XXXX-XX, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. xxxxxx, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, firmam o presente contrato, oriundo da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 037/2025**, pelo qual se obriga a fornecer o objeto deste Contrato, na forma e condições estabelecidas no edital de licitação e nas cláusulas seguintes, a ser regido pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 28.024, de 09 de dezembro de 2016, Decreto Municipal nº 56.185, de 18 de agosto de 2023, Decreto Municipal nº 56.224, de 24 de agosto de 2023, Decreto Municipal nº 64.109, de 18 de dezembro de 2024 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Objeto do Contrato

1.1 - Este contrato tem por objeto a Aquisição de utensílios de copa e cozinha, conforme descrição abaixo:

CLÁUSULA SEGUNDA - Forma de Fornecimento

2.1 - O fornecimento do objeto do presente contrato será de forma parcelada, de acordo com a cláusula quinta deste instrumento.

2.2 - Fica vinculado este termo contratual as condições do Edital e seus anexos do processo licitatório Pregão Eletrônico nº 037/2025 e à proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA - Preço

3.1 - O valor deste Contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ xx,00 (valor por extenso)-

3.2 - Os preços inicialmente contratados somente poderão ser reajustados após o prazo de um ano, contado da data base do orçamento estimado, qual seja, 22/10/2024.

3.3 - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do IPCA - Índice de Preço ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

3.4 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

3.5 - Quando a Ata de Registro de Preços for reajustada, a data base para reajuste dos Contratos emitidos após esse reajuste, passará a ser da data base do reajuste da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA - Condições de Pagamento

4.1 - O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pelo(s) vencedor(s) da licitação, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

4.1.1 - O CONTRATANTE responsabilizar-se-á pelo pagamento resultantes de modificações contratuais sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Gestora do Contrato, observados os limites do art. 125 da Lei nº 14.133/21.

4.1.2- O pagamento será por item entregue, após conferência e recebimento definitivo do atendimento das especificações do Termo de Referência.

4.2 - O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome do CONTRATANTE, da qual deverá constar o número desta licitação, empenho e das negativas fiscais regularizadas (Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Estadual, Municipal, FGTS e a Certidão de Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

4.3 - As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações federais, estaduais e municipais vigentes.

4.4 - O pagamento da Nota Fiscal será efetuado em até 30 (trinta) dias após o aceite da medição/produto, de acordo com o Processo SEI de Gestão-Certificação de Documento Fiscal.

4.5 - Em caso de atraso dos pagamentos por culpa exclusiva da Administração, será aplicado como índice de atualização monetária o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

CLÁUSULA QUINTA - Prazo e Local de Entrega do Objeto

5.1 - A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato.

5.2 - O objeto deverá ser entregue de forma parcelada, em até 15 (quinze) dias úteis, após cada solicitação.

5.3 - O local para entrega será conforme o subitem 5.2 do Termo de Referência - Anexo V.

5.4 - Para fins de contagem dos prazos previstos será considerado como data de assinatura do contrato a data da última assinatura (dia/mês/ano) dos signatários referenciados no preâmbulo do referido instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - Recursos para Atender as Despesas

6.1 - As despesas provenientes do objeto deste contrato correrão pela seguinte dotação orçamentária:

CLÁUSULA SÉTIMA - Gestão do Contrato

7.1 - A gestão do contrato será realizada pela Departamento de Trânsito e Transporte, Hospital Municipal São José, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Administração e Planejamento, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação, sendo essa responsável pelo recebimento e fiscalização do objeto licitado, devendo ser observado o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/21.

7.2 - O ordenador da despesa será a Departamento de Trânsito e Transporte, Hospital Municipal São José, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Administração e Planejamento, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Saúde.

7.3 - O modelo de gestão do contrato será nos termos do disposto no Anexo VI - Termo de Referência

CLÁUSULA OITAVA - Direito de Fiscalização

8.1 - O CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização do objeto contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a CONTRATADA das responsabilidades fixadas pelo Código Civil e pelo Código de Defesa do Consumidor.

8.2 - A fiscalização do CONTRATANTE transmitirá por escrito as instruções, ordens e reclamações, competindo-lhe a decisão nos casos de dúvidas que surgirem no decorrer da vigência contratual.

CLÁUSULA NONA - Responsabilidades do CONTRATANTE

9.1 - Cumprir e fazer cumprir as disposições deste contrato.

9.2 - Determinar, quando cabível, as modificações consideradas necessárias à execução do contrato e a tutelar o interesse público.

9.3 - Intervir no fornecimento do objeto licitado nos casos previstos em lei e na forma deste contrato visando proteger o interesse público.

9.4 - Responder aos pedidos de reajuste e de restabelecimento de equilíbrio econômico-financeiro em até 03 (três) meses, e em caso de repactuação o prazo para resposta será de até 01 (um) mês.

9.5 - Conferir, fiscalizar, vistoriar e aprovar o objeto entregue, conforme especificações técnicas contidas nos Anexos I e VI do Edital, observando o disposto na Instrução Normativa 03/2024 da Secretaria de Administração e Planejamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - Responsabilidades da CONTRATADA

10.1 - A CONTRATADA obriga-se a aceitar acréscimos ou supressões que o CONTRATANTE realizar, conforme disposto no artigo 125 da Lei 14.133/2021.

10.2 - Assumir integral responsabilidade pelo fornecimento do objeto contratual que vir a efetuar, inclusive pelos danos decorrentes perante terceiros, estando sempre de acordo com o estabelecido nas normas deste contrato e do Edital de **Pregão Eletrônico nº 037/2025** e seus anexos.

10.3 - Deverá proceder as correções que se tornarem necessárias à entrega do objeto contratado, fornecendo-o de acordo com a fiscalização do CONTRATANTE e especificações técnicas, qualidade e quantidades, constantes nos Anexos I e VI do Edital.

10.4 - Todas as despesas decorrentes do transporte, entrega e em caso de envio e retorno do objeto para substituição correrão por conta da CONTRATADA.

10.5 - Identificar seus funcionários, ou terceiros, responsáveis pela entrega do objeto contratado.

10.6 - Comunicar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade encontrada para o cumprimento do contrato.

10.7 - Não ceder ou transferir, total ou parcialmente, parte alguma do contrato.

10.8 - Manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer alteração.

10.9 - O contratado deverá, caso solicitado, apresentar comprovação do cumprimento da exigência de reserva de cargos previstas em Lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

10.10 - Cumprir todas as obrigações, especificações técnicas e condições de garantia dispostas no Anexo VI - Termo de Referência do Edital.

10.11 - A CONTRATADA, quando couber, deverá cumprir o disposto na Lei Municipal nº 8.772/19, que dispõe sobre a instituição do Programa de Integridade nas pessoas jurídicas que contratarem com a Administração Pública Municipal.

10.12 - A CONTRATADA deverá comunicar qualquer alteração à CONTRATANTE, especialmente quando se tratar de alteração de endereço, e-mail e telefone.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Das Sanções

11.1 - As sanções que poderão ser aplicadas ao CONTRATADO são as previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, neste Edital de Licitação e no respectivo Contrato, sem prejuízo do disposto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e na Lei Municipal nº 8.983, de 06 de agosto de 2021.

11.2 - Sanções que poderão ser cominadas ao CONTRATADO, garantidos os direitos ao contraditório e à ampla defesa:

I) Advertência;

II) Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente:

a) De até 5% sobre o valor total do contrato, diante do cometimento das condutas previstas nas alíneas "a", "d" e "e" do item 11.3;

b) 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor total do contrato por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto, **até o limite de 10% (dez por cento);**

c) De até 10% (dez por cento), nos casos de **inexecução parcial**, sobre o valor total do contrato, em percentual proporcional ao descumprimento e prejuízos sofridos pelo Município em decorrência do descumprimento, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder;

d) De até 15% (quinze por cento), nos casos de **inexecução contratual total**, sobre o valor total do contrato, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder;

e) De até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, diante do cometimento das condutas previstas nas alíneas "f", "g", "h", "i" e "j" do item 11.3;

III) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Joinville, Administração Direta e Indireta, e o descredenciamento do Cadastro de Fornecedor do Município de Joinville, pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais.

IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.3 - O CONTRATADO será responsabilizado, pelo cometimento das seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação, sem motivo justificado;

e) descumprir as obrigações decorrentes do contrato.

f) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

g) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza na execução do contrato;

i) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

j) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.3.1 - Considera-se a conduta prevista na alínea "b" do item 11.3 como sendo o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo CONTRATADO.

11.3.2 - Considera-se a conduta da alínea "d" do item 11.3 como sendo o atraso que importe em consequências graves para o cumprimento das obrigações contratuais.

11.3.3 - Considera-se a conduta da alínea "g" do item 11.3 como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos da Prefeitura de Joinville, com exceção da conduta disposta no inciso "f" do item 11.3.

11.3.4 - Considera-se a conduta do inciso "h" do item 11.3 como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da execução contratual.

11.4 - As multas aplicáveis para o caso de praticar ato lesivo obedecerão ao regramento previsto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e na Lei Municipal nº 8.983, de 06 de agosto de 2021 e na regulamentação vigente.

11.5 - As multas deverão ser pagas junto à Tesouraria da Secretaria de Fazenda do Município até o dia de pagamento que o CONTRATADO tiver direito, mediante o envio da guia para pagamento pela Unidade Gestora ao CONTRATADO, ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da cientificação.

11.6 - Nas sanções previstas neste contrato, a Administração considerará, motivadamente, a natureza e a gravidade da infração cometida; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; as peculiaridades do caso concreto; os danos que dela provierem para a Administração Pública; e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas do CONTRATADO, nos termos do que dispõe o art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

11.7 - As sanções aplicadas serão registradas no cadastro do CONTRATADO e, para fins de publicidade, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.8 - Nenhum pagamento será realizado ao CONTRATADO enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de sanção ou inadimplência contratual.

11.9 - O montante de multas aplicadas ao CONTRATADO não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato; caso aconteça o CONTRATANTE terá o direito de rescindir o contrato mediante notificação.

11.10 - A aplicação das sanções poderá ocorrer por intermédio de meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, legislações municipais e normativas que regulamentem a matéria no âmbito do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Extinção Contratual

12.1 - A extinção do presente ocorrerá nas hipóteses previstas no art. 137 a 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo de eventual penalidade aplicável, assegurado o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Do Recebimento Provisório e Definitivo

13.1 - Os itens na entrega serão recebidos, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência - Anexo V, da seguinte forma:

- a) Provisoriamente, no ato da entrega do item, pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento;
- b) Definitivamente, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, contados após o recebimento provisório, a CONTRATANTE realizará o recebimento definitivo, que ocorrerá somente se os itens estiverem conforme quantidade solicitada e consoante as especificações do Termo de Referência;
- c) Na hipótese de verificação a que se refere o subitem 13.1, "b" não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;
- d) O recebimento provisório ou definitivo dos itens não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da futura contratação;
- e) Se a CONTRATANTE constatar, tanto no recebimento provisório como no definitivo, que os itens não correspondem ao exigido no Termo de Referência, ou estão em quantidade diversa da solicitada, a CONTRATADA deverá providenciar no prazo de 7 (sete) dias úteis, a substituição/reposição visando ao atendimento total das especificações, conforme item 2 do Termo de Referência, sem prejuízo da incidência das sanções previstas na contratação, no Edital, na Lei nº. 14.133/2021 e alterações posteriores e no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Legislação Aplicável

14.1 - Nos termos do previsto no artigo 92, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, aplica-se ao presente contrato a presente legislação:

- a) Lei nº 14.133/21;
- b) Lei Complementar nº 123/06;
- c) Lei nº 13.709/2018 (LGPD);
- d) Código de Defesa do Consumidor;
- e) Código Civil;

- f) Código Penal;
- g) Código Processo Civil;
- h) Código Processo Penal;
- i) Legislação trabalhista e previdenciária;
- j) Estatuto da Criança e do Adolescente; e
- k) Demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Foro

15.1 - Para dirimir questões decorrentes deste Contrato fica eleito o Foro da Comarca de Joinville, com renúncia expressa a qualquer outro.

15.2 - E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, em meio eletrônico, através do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do CONTRATANTE.

ANEXO V

MINUTA DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)

Número:

Emissão:

Objeto:

Complemento: OBSERVAÇÕES: 1) Emitir nota fiscal em nome de: MUNICÍPIO DE JOINVILLE – Departamento de Trânsito de Joinville, inscrito no C.N.P.J. nº 83.108.035/0001-76, Hospital Municipal São José, inscrito no C.N.P.J. nº 84.703.248/0001-09, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Administração e Planejamento, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação, inscrito no C.N.P.J. nº 83.169.623/0001-10, Fundo Municipal de Assistência Social, inscrito no C.N.P.J. nº 08.184.785/0001-01, Fundo Municipal de Saúde, inscrito no C.N.P.J. 08.184.821/0001-37 2) Advertimos que o não cumprimentos das obrigações assumidas na fase licitatória estarão sujeitas as sanções previstas no edital. 3) São partes integrantes desta Autorização de Fornecimento (AF), como se transcritos estivessem, o edital de licitação Pregão Eletrônico nº 037/2025, seus anexos, a Ata de Registro de Preços, e quaisquer complementos, os documentos, propostas e informações apresentadas pelos proponentes vencedores e que deram suporte ao julgamento da licitação.

Órgão Orçam.:

Ação:

Un. Orçam.:

Despesa:

Função:

Elemento:

Subfunção:

Detalhamento:

Programa:

Fonte de recurso:

Licitação:

Modalidade:

Finalidade:

Ata de reg. de preço:

Pré-empenho:

Empenho:

Fornecedor:

CPF/CNPJ:

Endereço:

CEP:

Fone:

Cidade:

E-mail:

Banco:

Agência:

C/C:

Tipo de entrega:
Prazo de entrega:
Local de entrega:
Pagamento:

Programação financeira					
Parcela	Vencimento	Valor(R\$)	Parcela	Vencimento	Valor(R\$)

Fica autorizado o fornecimento dos itens abaixo discriminados:

Item	Quantidade	Unidade de medida	Material/Serviço	Valor unitário(R\$)	Valor total(R\$)
------	------------	-------------------	------------------	---------------------	------------------

Valor desta autorização:

Nota: Advertimos que o não cumprimento das obrigações assumidas na fase licitatória estarão sujeitas as sanções previstas no edital da presente licitação desta Autorização de Fornecimento (AF), como se transcritos estivessem, o edital de licitação, seus anexos, a Ata de Registro de Preços, e quaisquer complementos, os documentos, propostas e informações apresentadas pelo proponente vencedor e que deram suporte ao julgamento da licitação.

ANEXO VI

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÃO SEI N° 0023161718/2024 - SAP.ARC.AUN

1- DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO:

1.1 Objeto da contratação:

1.1.1 Aquisição de utensílios de copa e cozinha, por sistema de registro de preços.

1.2 Especificações técnicas:

ITEM	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	DESCRIPTIVO	UNIDADE DE MEDIDA	DETRANS	FMAS	HMSJ	SAMA	SAP	SAS	SED	SES	Total geral
1	43.893	ACENDEDOR DE FOGAO MANUAL	Acendedor com ignição através de fâisca , corpo em plástico, bico em metal. Medindo 20 cm a 30 cm de comprimento.	Unidade		18		7	5	1			31
2	43.894	AMASSADOR DE BATATAS DE INOX	Amassador em aço inox. Medindo 20 cm a 30 cm de altura.	Unidade		9		2					11
3	43.895	BACIA REDONDA - 29L A 31L	Bacia em plástico incolor ou branco, com formato arredondado, canelado e pegadores. Capacidade de 29 litros a 31 litros.	Unidade		10		5	25				40
			Bacia em plástico incolor ou branco,										

4	43.896	BACIA REDONDA - 4L A 5L	com formato arredondado e canelado. Capacidade de 4 litros a 5 litros.	Unidade		24		5	31	1			61
5	43.897	BACIA REDONDA - 6L A 7L	Bacia em plástico incolor ou branco, com formato arredondado e canelado. Capacidade de 6 litros a 7 litros.	Unidade		18		5	26				49
6	43.899	BANDEJA - 17L A 19L	Bandeja em plástico, branca ou leitosa. Medindo no mínimo 9 cm de altura e capacidade de 17 litros a 19 litros.	Unidade		10	200	54	11				275
7	43.900	BANDEJA - 6L A 8L	Bandeja em plástico, branca ou leitosa. Medindo no mínimo 7 cm de altura e capacidade de 6 litros a 8 litros.	Unidade		15		50	29	60			154
8	43.901	BANDEJA ABS - TAM P	Bandeja lisa em plástico ABS. Medindo 30 cm a 35 cm x 18 cm a 23 cm x 2 cm a 3 cm (CxLxA).	Unidade		15		50	15				80
9	44.257	BANDEJA DE ACRILICO DIAMANTADA	Bandeja retangular, diamantada em acrílico transparente, medindo 40 cm x 35 cm x 2,5 cm (C x L x E), podendo variar até 0,5 cm.	Unidade					10				10
10	43.902	BANDEJA PARA REFEICAO	Bandeja retangular para refeição, sem divisórias e em plástico resistente a máquina lava-louças. Medindo 43 cm a 48 cm x 30 cm a 35 cm x 2 cm a 3 cm (CxLxA).	Unidade		12			24				36
11	43.903	BULE DE ALUMINIO - 3L A 3,5L	Bule de alumínio. Capacidade de 3 litros a 3,5 litros.	Unidade		8		3	4	7			22
12	32.851	BULE DE INOX POR INDUCAO - 1,5L A 2,5L	Bule de aço inox, para fogão por indução. Capacidade de 1,5 litros a 2,5 litros.	Unidade		4			1				5
13	43.904	CACAROLA DE ALUMINIO - 10L A 11L	Caçarola com tampa e pegadores em alumínio hotel. Capacidade de 10 litros a 11 litros.	Unidade		7							7
14	43.905	CACAROLA DE ALUMINIO - 18L A 19L	Caçarola com tampa e pegadores em alumínio hotel. Capacidade de 18 litros a 19 litros.	Unidade		3							3
15	43.906	CACAROLA DE ALUMINIO - 5L A 6L	Caçarola com tampa e pegadores em alumínio hotel. Capacidade de 5 litros a 6 litros.	Unidade		10			1				11
		CACAROLA DE	Caçarola de cerâmica com tampa de vidro temperado,										

16	43.907	CACAROLA DE CERAMICA - 1,5L A 2,5	alças laterais, resistente a altas temperaturas. Capacidade de 1,5 litros a 2,5 litros.	Unidade	7							7
17	33.397	CANECO DE ALUMINIO - N. 16	Caneco de alumínio hotel e cabo de baquelite. Capacidade de 2,5 litros a 3,2 litros.	Unidade	12			24	1			37
18	43.908	CANUDO REUTILIZAVEL - 5MM A 7MM	Canudo de silicone reutilizável. Medindo 20 cm a 30 cm de comprimento e 5 mm a 7 mm de diâmetro.	Unidade				24				24
19/20	32.852	CARRINHO AUXILIAR DE INOX	Carinho auxiliar em aço inox AISI 304, contendo 4 rodízios giratórios, sendo 2 com freio (trava). Puxadores e dois planos para transporte com capacidade mínima de estocagem de 50 quilos cada. Os planos devem ser totalmente revestidos por chapa de inox e conter aba de proteção de no mínimo 20 mm de altura. Medindo 100 cm x 50 cm x 90 cm (CxLxA), podendo variar para mais até 10 cm.	Unidade	4			15		200		219
21	28.076	CHALEIRA DE ALUMINIO - 3LA A 3,5L	Chaleira de alumínio polido. Capacidade de 3 litros a 3,5 litros.	Unidade	7		5	2		400		414
22	32.853	CHALEIRA DE INOX POR INDUCAO - 2,5L A 3,5L	Chaleira de aço inox, para fogão por indução e podendo ser esmaltado. Capacidade de 2,5 litros a 3,5 litros.	Unidade	5		2	2				9
23	43.915	COLHER - 40CM A 45CM	Colher em altileno, polietileno ou maciça, formato arredondado, côncava, resistente a alta temperatura (min. 150°), na cor branca. Medida da base somada ao cabo de 40 cm a 45 cm.	Unidade	7			12	8			27
24	43.916	COLHER - 50CM A 60CM	Colher em altileno, polietileno ou maciça, formato arredondado, côncava, resistente a alta temperatura (min. 150°), na cor branca. Medida da base somada ao cabo de 50 cm a 60 cm.	Unidade	3		5	12				20
		COLHER DE INOX	Colher para servir em aço inox, com cabo em baquelite, altileno, polietileno,									

25	43.917	COLHER DE INOX PARA SERVIR	polipropileno ou maciça. Medida da base somada ao cabo de 33 cm a 40 cm.	Unidade	4	12	7	45	6			74
26	43.918	COLHER DE SILICONE - 25CM A 35CM	Colher em silicone resistente a alta temperatura (min. 150°), com a base côncava e sem perfurações (aberturas). Medida da base somada ao cabo de 25 cm a 35 cm.	Unidade		19	5	22				46
27	43.919	COLHER REMO	Colher com a base reta/plana em polietileno ou polipropileno ou politetrafluoretileno, resistente a alta temperatura (min. 150°), na cor branca, com cabo de aço inox. Medida da base somada ao cabo de 60 cm a 100 cm.	Unidade		5		12				17
28	43.920	CONCHA DE INOX	Concha em aço inox. Capacidade de 130 ml a 150 ml.	Unidade		11	2	8	6			27
29	43.921	CONJUNTO MEDIDOR DE COLHER	Conjunto medidores de colher em plástico, contendo no mínimo quatro peças com as medidas: 1/2 colher de chá (2,5 ml), 1 colher de chá (5 ml); 1/2 colher de sopa (7,5 ml); 1 colher de sopa (15 ml).	KIT		6		10				16
30	43.922	CONJUNTO MEDIDOR DE XICARA	Conjunto medidores de xícaras, em plástico, contendo no mínimo quatro peças com as medidas de 1/4 xícara de chá (60 ml); 1/3 xícara de chá (80 ml); 1/2 xícara de chá (120 ml); 1 xícara de chá (240 ml).	KIT		7	1	10				18
31	43.923	COPO DE VIDRO - 300 ML	Copo de vidro liso e incolor. Capacidade de 300 ml, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade		174	78	206	114	2400		2972
32	43.924	COPO DE VIDRO - 60ML A 100ML	Copo de vidro liso e incolor. Capacidade de 60 ml a 100 ml.	Unidade		20		46	90			156
33	28.024	COPO MEDIDOR - 500 ML	Copo de plástico graduado. Capacidade de 500 ml.	Unidade		10		16				26
34	43.925	COPO TREINAMENTO COM BICO	Copo de treinamento sem alça, tampa rosqueável, sistema antivazamento e bico rígido ou semi rígido anatômico com furos. Esterilizável e isento	Unidade		2			30			32

			de bisfenol A. Capacidade de 140 ml a 260 ml.										
35	43.926	COPO TREINAMENTO COM BICO E ALÇA	Copo de treinamento com alça, tampa rosqueável, sistema antivazamento e bico rígido ou semi rígido anatômico com furos. Esterilizável e isento de bisfenol A. Capacidade de 140 ml a 260 ml.	Unidade		2					30		32
36	32.856	COPO TREINAMENTO SEM BICO	Copo de treinamento 360 graus com alça e válvula de silicone. Esterilizável e isento de bisfenol A. Capacidade de 140 ml a 260 ml.	Unidade							30		30
37	40.891	CUBA GASTRONOMICA GN 1/1 TEFLONADA PARA OVOS	Cuba gastronômica com 08 cavidades para ovos. Medindo 530 mm x 325 mm (CxL).	Unidade		6							6
38	43.927	ESCORREDOR DE ALUMINIO - 40CM A 50CM	Escorredor de alumínio hotel, arredondado, com alças laterais e base fixada. Medindo 40 cm a 50 cm de diâmetro e 18 cm a 25 cm de altura.	Unidade		3		6	2	1			12
39	43.928	ESCORREDOR DE INOX - 24CM A 35CM	Escorredor de aço inox, arredondado, com alças laterais e base fixada. Medindo 24 cm a 35 cm de diâmetro e 12 cm a 22 cm de altura.	Unidade		7			9	6			22
40	43.929	ESCUMADEIRA DE ALUMINIO	Escumadeira de alumínio. Medida da base 12 cm a 15 cm de diâmetro e do cabo com 40 cm a 50 cm.	Unidade		8			3				11
41	43930	ESPATULA DE INOX PARA BOLO	Espátula em aço inox. Medida da base somada ao cabo de 20 cm a 25 cm.	Unidade		21			22	1	400		444
42	43931	ESPATULA DE SILICONE	Espátula em silicone resistente a altas temperaturas. Medida da base somada ao cabo de 25 cm a 30 cm de comprimento.	Unidade		19		5	7	1			32
43	21.089	ESPRESSO EM AÇO INOX PARA LIMÃO	Espremedor em aço inox para limão.	Unidade		11		2	5				18
44	33.417	ESTRADO MODULAR - 25CM X 50CM	Estrado de plástico em módulos de fácil encaixe na cor branca. Medindo 25 cm a 27 cm x 50 cm a 52 cm x 2,5 cm (CxLxA).	Unidade	20	2			132				154
			Faca de corte com cabo em silicone										

45	43.933	FACA DE CORTE - 8'	polipropileno e superfície texturizada e lâmina em aço inox tratado termicamente.	Unidade		14		34	6	13			67
46	43932	FACA DE CORTE - 9'	Faca de corte com cabo em polipropileno e superfície texturizada e lâmina em aço inox tratado termicamente.	Unidade		13		30	22	1			66
47	43934	FACA PARA PAO	Faca com cabo em polipropileno e lâmina em aço inox com fio serrilhado. Medida da lâmina de 17 cm a 20 cm.	Unidade		8		3	16	2			29
48	33.379	FORMA DE ALUMINIO PARA PAO - 26CM	Forma/assadeira para pão, em alumínio. Medindo 26 cm x 12 cm x 5 cm (CxLxA), podendo variar até 2 cm no comprimento e/ou largura e/ou 0,5 cm na altura.	Unidade		9				7			16
49	43.935	FORMA DE ALUMINIO PARA PUDIM - N.28	Forma/assadeira para pudim/bolo, em alumínio. Medindo 28 cm de diâmetro e 9 cm a 11 cm de altura.	Unidade		8							8
50	43.936	FORMA RETANGULAR DE ALUMINIO - N.01	Forma/assadeira em alumínio, retangular. Medindo 29 cm x 20 cm x 5 cm (CxLxA), podendo variar até 3 cm.	Unidade		5			2	2			9
51	43.937	FORMA RETANGULAR DE ALUMINIO - N.02	Forma/assadeira em alumínio, retangular. Medindo 32 cm x 23 cm x 5 cm (CxLxA), podendo variar até 3 cm.	Unidade		11			3				14
52	43.938	FORMA RETANGULAR DE ALUMINIO - N.03	Forma/assadeira em alumínio, retangular. Medindo 35 cm x 26 cm x 5 cm (CxLxA), podendo variar até 3 cm.	Unidade		20			1	2			23
53	44.261	FOSFORO - 4 CM	Kit com 10 caixinhas de fósforos em madeira, com 40 palitos de fósforo de 4 cm cada.	KIT		67		20	31	1		10	129
54	43.939	FRIGIDEIRA DE ALUMINIO 18CM	Frigideira em alumínio e antiaderente, com cabo de baquelite. Medindo 18 cm de diâmetro, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade		8				1			9
55	43.941	FRIGIDEIRA DE ALUMINIO 28CM	Frigideira em alumínio e antiaderente, com cabo de baquelite. Medindo 28 cm de diâmetro, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade		6			1				7
		FRIGIDEIRA DE	Frigideira em alumínio, antiaderente e com										

56	43.942	FRIGIDEIRA DE ALUMINIO 38CM	cabo de baquelite. Medindo 38 cm de diâmetro, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade		2							2
57	33424	FUNIL - 100MM	Funil em plástico com 100 mm de diâmetro.	Unidade		5		10	19	8			42
58/59	28.087	GARRAFA TERMICA COM TORNEIRA - 6L	Garrafa térmica com torneira, desmontável para higienização e pés retráteis, corpo em plástico resistente. Capacidade de 6 litros.	Unidade	3	6	20	10	20	8	400	20	487
60	43.943	GARRAFA TERMICA DE INOX - 1,8L A 2L	Garrafa térmica com revestimento em inox, com ampola de vidro e alça móvel fixada na tampa, com sistema de pressão. Capacidade de 1,8 litros a 2 litros.	Unidade	8	26	20	37	149	18		200	458
61	43.944	JARRA DE INOX COM TAMPA - 2L	Jarra de inox em aço inoxidável. Capacidade de 2 litros, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade	4	31			14	8			57
62	43.945	JARRA DE VIDRO COM TAMPA - 1,5L	Jarra de vidro liso, incolor, com tampa. Capacidade de 1,5 litros, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade		20			29	10			59
63	43.946	JARRA PLASTICA COM TAMPA - 2L	Jarra em plástico, lisa e sem textura, com bico para servir, incolor, cabo firme. Capacidade de 2 litros, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade		19	20	12	26	12		100	189
64	43.947	JARRA PLASTICA GRADUADA COM TAMPA - 4L	Jarra em plástico resistente, incolor. Capacidade de 4 litros, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade		10	20		6			100	136
65	28.218	JOGO DE PANELAS POR INDUCAO	Jogo de panelas para fogão de indução. Contendo: 01 panela com tampa, capacidade mínima de 1,55 L e máxima de 3 L; 01 panela com tampa, capacidade mínima de 1,25 L e máxima de 1,5 L; 01 caçarola com tampa, capacidade mínima de 3,55 L e máxima de 5 L; 01 caçarola com tampa, capacidade mínima de 2,55 L e máxima de 4,6 L e 01 frigideira com no mínimo 22 cm e no máximo 26 cm de diâmetro e com no	KIT		1			2				3

			mínimo 4,5cm e no máximo 5 cm de profundidade.										
66	43.948	LEITEIRA DE ALUMINIO - 2L A 3L	Leiteira em alumínio polido, com capacidade mínima de 2 litros e máxima de 3 litros.	Unidade		6			1				7
67	32.874	OMELETEIRA DE ALUMINIO	Omeleteira em alumínio, revestimento antiaderente, cabo de baquelite preto. Diâmetro 18 cm a 20 cm.	Unidade		6			2				8
68	43.949	PANELA DE PRESSAO DE ALUMINIO - 15L	Panela de pressão em alumínio, com fechamento externo, tampa com vedação, válvula para controle da pressão e válvulas de segurança, com cabo longo confeccionado em baquelite. Capacidade de 15 litros, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade		1							1
69	43.950	PANELA DE PRESSAO DE ALUMINIO - 3L A 4,5L	Panela de pressão em alumínio, com fechamento externo, tampa com vedação, válvula para controle de pressão e válvula de segurança, com cabo longo confeccionado em baquelite. Capacidade de 3 litros a 4,5 litros.	Unidade		3		2		1			6
70	43.951	PANELA DE PRESSAO DE ALUMINIO - 6L A 7,5L	Panela de pressão em alumínio, com fechamento externo, tampa com vedação, válvula para controle de pressão e válvula de segurança, com cabo longo confeccionado em baquelite. Capacidade de 6 litros a 7,5 litros.	Unidade		1			1				2
71	43.952	PANELA DE PRESSAO POR INDUCAO - 4L A 5L	Panela de pressão para fogão de indução, capacidade mínima de 4 litros e máxima de 5 litros.	Unidade		1							1
72	33433	PEDRA PARA AFIAR LAMINA	Pedra para afiar em formato retangular, dupla face, com duas opções de afiação desgaste e acabamento, suporte antideslizante.	Unidade		11		5	7	1			24
73	40569	PEGADOR EM TIPO INOX PINCA	Pegador em aço inox, em formato de pinça com dentes. Comprimento total mínimo de 20 cm e	Unidade		24		5	14	6	400		449

			máximo de 30 cm.										
74	27977	PENEIRA INOX - 12CM EM	Peneira em aço inox, medindo 12 cm de diâmetro.	Unidade		13		8	6				27
75	27976	PENEIRA INOX - 20CM EM	Peneira em aço inox, medindo 20 cm de diâmetro.	Unidade		7		8	6	6			27
76	33.434	PINCEL SILICONE DE	Pincel em silicone resistente a altas temperaturas. Comprimento de 23 cm a 26 cm.	Unidade		16		10	1				27
77	43.953	POTE COM TAMPA - 250ML	Pote fabricado em polipropileno, livre de BPA, incolor ou branco, com tampa, resistente a altas e baixas temperaturas. Capacidade de 250ml, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade		50		10	9	65			134
78	43.954	POTE COM TAMPA - 7L A 8L	Pote fabricado em polipropileno, livre de BPA, incolor ou branco, com tampa, resistente a altas e baixas temperaturas. Capacidade de 7 litros a 8 litros.	Unidade		29		10	23	25			87
79	43.955	POTE COM TAMPA - 800ML	Pote fabricado em polipropileno, livre de BPA, incolor ou branco, com tampa, resistente a altas e baixas temperaturas. Capacidade de 800ml, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade	6	46		13	13	35			113
80	44.258	POTE COM TAMPA HERMETICO E TRAVAS - 270ML A 360ML	Pote fabricado em polipropileno, com tampa hermética e travas no fechamento. Capacidade de 270 ml a 360 ml. Medindo 4,5cm x 9,5cm x 13cm (A x L x C), podendo variar até 2 cm.	Unidade					50				50
81	43.956	POTE DE VIDRO COM TAMPA - 3L A 3,5L	Pote em vidro liso, incolor e com tampa. Capacidade de 3 litros a 3,5 litros.	Unidade	6	37	10		39	19			111
82	43.957	POTE DE VIDRO COM TAMPA ROSQUEAVEL - 200ML	Pote em vidro liso, incolor e com tampa plástica rosqueável. Capacidade de 200 ml, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade	6	12			35	20	1000		1073
83	44.255	POTE REDONDO COM TAMPA - 2,5L A 3,5L	Pote redondo, fabricado em polipropileno, livre de BPA, com tampa, rosqueável. Capacidade de 2,5 litros a 3,5 litros. Medindo de 15 cm a 25 cm de altura.	Unidade			80						80
			Pote redondo, fabricado em polipropileno, livre										

84	44.256	POTE REDONDO COM TAMPA - 4,5L A 5,5L	de BPA, com tampa, rosqueável. Capacidade de 4,5 litros a 5,5 litros. Medindo de 15 cm a 25 cm de altura.	Unidade		80						80
85	43.958	POTE RETANGULAR COM TAMPA - 1,5L	Pote retangular fabricado em polipropileno, BPA Free, incolor ou branco, com tampa, resistente a altas e baixas temperaturas. Capacidade de 1,5 litros, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade	30			7	32			69
86	43.959	POTE RETANGULAR COM TAMPA - 11L	Pote retangular fabricado em polipropileno, livre de BPA, incolor ou branco, com tampa, resistente a altas e baixas temperaturas. Capacidade de 11 litros, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade	17			23	24			64
87	43.960	POTE RETANGULAR COM TAMPA - 2L	Pote retangular fabricado em polipropileno, livre de BPA, incolor ou branco, com tampa, resistente a altas e baixas temperaturas. Capacidade de 2 litros, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade	32			6	14			52
88	43961	POTE RETANGULAR COM TAMPA - 4L A 4,5L	Pote retangular fabricado em polipropileno, livre de BPA, incolor ou branco, com tampa, resistente a altas e baixas temperaturas. Capacidade de 4 litros a 4,5 litros.	Unidade	23			30	2			55
89	43.962	POTE RETANGULAR COM TAMPA - 500ML	Pote retangular fabricado em polipropileno, livre de BPA, incolor ou branco, com tampa, resistente a altas e baixas temperaturas. Capacidade de 500 ml, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade	33		3	7	35			78
90	43963	PRATO DE VIDRO FUNDO	Prato fundo em vidro temperado, redondo, branco ou incolor. Diâmetro de 22 cm a 24 cm.	Unidade	74		24	143	132	2500		2873
91	43964	PRATO DE VIDRO PARA SOBREMESA	Prato para sobremesa em vidro temperado, redondo, branco ou incolor. Diâmetro de 18 cm a 20 cm.	Unidade	86		54	141	142	2500		2923
92	43965	PRATO DE VIDRO RASO	Prato raso em vidro temperado, redondo, branco ou incolor. Diâmetro de 22 cm a 24 cm.	Unidade	52		54	291	17			414

93	43.966	RALADOR MANUAL INOX EM	Ralador em aço inox, com cabo e contendo 4 faces e 4 funções. Medindo de 20 cm a 26 cm de altura e base com 10 cm a 16 cm de comprimento.	Unidade		13		5	9	1			28
94	43.967	REFRATARIO REDONDO - 2,4L	Refratário/assadeira de vidro, e, com capacidade de 2,4 litros e podendo variar até 100 ml.	Unidade		3			2				5
95	43968	REFRATARIO REDONDO COM TAMPA - 2,4L	Refratário/assadeira de vidro com tampa plástica ou de silicone, e, capacidade de 2,4 litros e podendo variar até 100 ml.	Unidade		15			11	18			44
96	43969	REFRATARIO RETANGULAR - 29CM	Refratário/assadeira de vidro, retangular. Medindo 29 cm x 17 cm x 5 cm (CxLxA), podendo variar até 2 cm no comprimento e na largura e 5 mm na altura.	Unidade		4			9				13
97	43970	REFRATARIO RETANGULAR - 36CM	Refratário/assadeira de vidro, retangular. Medindo 36 cm x 21 cm x 5 cm (CxLxA), podendo variar até 3 cm.	Unidade		5			8				13
98	43971	REFRATARIO RETANGULAR - 39CM	Refratário/assadeira de vidro, retangular. Medindo 39 cm x 24 cm x 7 cm (CxLxA), podendo variar até 3 cm.	Unidade		4			6				10
99	43972	REFRATARIO RETANGULAR COM TAMPA - 29CM	Refratário/assadeira de vidro com tampa plástica ou de silicone, retangular. Medindo 29 cm x 17 cm x 5 cm (CxLxA), podendo variar até 3 cm.	Unidade		18			13	20			51
100	43.973	RODO DE PIA	Rodo de pia com borracha/EVA na parte inferior inteira da base. Medindo 16 cm a 22 cm de largura na base e medida da base somada ao cabo de 20 cm a 28 cm de comprimento.	Unidade	4	14		12	40	8			78
101	43.974	SOCADOR DE FEIJAO	Socador de feijão em polietileno ou polipropileno, na cor branca, com cabo de aço inox resistente. Medida da base somada ao cabo de 50 cm a 60 cm de comprimento e base com 7 cm a 9 cm diâmetro.	Unidade		4							4
102	43976	SUPORTE PARA COADOR - N.103	Suporte para coador em plástico, resistente para suportar água em alta temperatura,	Unidade		10		4	30	6			50

			corpo com alça e suporte plano, para filtros nº 103.											
103	33447	TABUA DE CORTE AMARELA - 50CM X 30CM	Tábua de corte em polietileno, na cor amarela. Medidas: 50 cm x 30 cm x 1,5 cm (CxLxE), podendo variar 3 cm no tocante ao comprimento e largura e 0,5 cm no tocante a espessura.	Unidade	6		6	3						15
104	33.450	TABUA DE CORTE BRANCA - 40CM X 20CM	Tábua de corte em polietileno, na cor branca. Medidas: 40 cm x 20 cm x 1,5 cm (CxLxE), podendo variar 5 cm no tocante ao comprimento e largura e 0,5 cm no tocante a espessura.	Unidade	9		6	3						18
105	33.448	TABUA DE CORTE BRANCA - 50CM X 30CM	Tábua de corte em polietileno, na cor branca. Medidas: 50 cm x 30 cm x 1,5 cm (CxLxE), podendo variar 3 cm no tocante ao comprimento e largura e 0,5 cm no tocante a espessura.	Unidade	5		6	3						14
106	33.451	TABUA DE CORTE VERDE - 40CM X 20CM	Tábua de corte em polietileno, na cor verde. Medidas: 40 cm x 20 cm x 1,5 cm (CxLxE), podendo variar 5 cm no tocante ao comprimento e largura e 0,5 cm no tocante a espessura.	Unidade	2		6	1						9
107	33.449	TABUA DE CORTE VERDE - 50CM X 30CM	Tábua de corte em polietileno, na cor verde. Medidas: 50 cm x 30 cm x 1,5 cm (CxLxE), podendo variar 3 cm no tocante ao comprimento e largura e 0,5 cm no tocante a espessura.	Unidade	3		6	2						11
108	43977	TALHER DE INOX - COLHER PARA CAFE	Colher para café em aço inox. Medida da base somada ao cabo de 9 cm a 11 cm.	Unidade	148		12	216	136	2500				3012
109	43.978	TALHER DE INOX - COLHER PARA CHA	Colher para chá em aço inox. Medida da base somada ao cabo de 12 cm a 14 cm.	Unidade	152		42	67						261
110	43979	TALHER DE INOX - COLHER PARA SOBREMESA	Colher para sobremesa em aço inox. Medida da base somada ao cabo de 15 cm a 17 cm.	Unidade	145		42	256	130	2500				3073
			Colher de sopa em											

111	43980	TALHER DE INOX - COLHER PARA SOPA	aço inox. Medida da base somada ao cabo de 18 cm a 21 cm.	Unidade		121		52	370	142	2500	100	3285
112	43981	TALHER DE INOX - FACA DE MESA	Faca de mesa sem ponta em aço inox. Medida da base somada ao cabo de 20 cm a 22 cm.	Unidade		191		54	391	130	2500	100	3366
113	43.982	TALHER DE INOX - FACA DE SOBREMESA	Faca de sobremesa em aço inox. Medida da base somada ao cabo de 17 cm a 19 cm.	Unidade		54			67				121
114	43.983	TALHER DE INOX - GARFO DE MESA	Garfo de mesa em aço inox, com 4 dentes em formado côncavo. Medida da base somada ao cabo de 18 cm a 22 cm.	Unidade		191		54	391	142	2500	100	3378
115	43984	TALHER DE INOX - GARFO DE SOBREMESA	Garfo de sobremesa em aço inox, com 4 dentes em formado côncavo. Medida da base somada ao cabo de 16 cm a 18 cm.	Unidade		155		24	158	22	2500		2859
116	32878	TIGELA DE CERAMICA - 300ML A 450ML	Tigela em cerâmica, formato redondo, lisa, de coloração única, resistente à micro-ondas e máquina de lavar louças. Capacidade mínima de 300 ml a 450 ml.	Unidade		44		6	33	3	2500		2586
117	44.259	XICARA COM PIRES PARA CAFE	Xícara com alça e pires, em vidro temperado ou porcelana, na cor branca, com formato reto. Capacidade de 70 ml, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade		49							49
118	44.260	XICARA PARA CHA	Xícara com alça, em vidro temperado ou porcelana, na cor branca. Capacidade de 246 ml, podendo variar até 50 ml.	Unidade		98							98

1.2.1 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo os itens são caracterizados como comuns.

1.2.2 As unidades de medidas do tipo "caixa" e "pacote", refere-se a indicação da forma mais usual de entrega do produto, contudo o fornecimento não se limita ao tipo de embalagem indicada, ou seja, os itens poderão ser entregues em qualquer tipo de embalagem, contanto que em seu interior possua a quantidade indicada no descritivo, e, esteja conforme as regras deste Termo de Referência.

1.2.3 Os itens sem indicação de cor definida ou com mais de uma opção de cor, no descritivo ou na denominação, a cor será conforme escolha da CONTRATANTE.

1.2.4 Os itens deverão atender aos requisitos de resistência adequados ao uso, bem como as condições estéticas indicadas, ter suas geometrias bem definidas, sem folgas excessivas, apresentar a superfície lisa e homogênea, não devendo apresentar pontos cortantes, superfícies ásperas, irregularidades e rebarbas, de forma a não oferecer riscos de acidentes ao usuário;

1.2.5 No presente processo, não serão aceitos itens do tipo descartáveis.

1.3 Vigência

1.3.1A presente contratação será um fornecimento não contínuo, cujo prazo de vigência contratual será de 01 (um) ano, vez que a contratação está prevista no Plano Plurianual;

1.3.2 A(s) ata(s) de registro de preços poderá(ão) ser(em) prorrogada(s), desde que atendido o previsto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e o prazo seja limitado à conclusão da nova licitação.

1.3.3 Em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, as quantidades inicialmente registradas poderão ser renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

2-FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, que compõe o bojo dos documentos do presente processo de Requisição de Compras.

2.2. O Plano de Contratações Anual de Unificação pode ser consultado no SEI 0015338982. Assim a presente contratação integra o planejamento de contratações dos órgãos participantes.

2.3 A contratação encontra amparo na Lei nº 8.993, de 31 de agosto de 2021, que dispõe sobre a revisão do PPA - Plano Plurianual 2022-2025 do Município de Joinville - Processo 21.0.187194-1.

3- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:

3.1 Conforme Estudo Técnico Preliminar - ETP, constante neste Processo SEI, a melhor solução encontrada de momento para atendimento ao interesse público envolvido é a aquisição de utensílios de copa e cozinha, por sistema de registro de preços. Esta conclusão foi alcançada após uma análise detalhada das opções disponíveis, garantindo que a escolha atende de forma eficaz às necessidades identificadas.

4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1 Sustentabilidade:

4.1.1 Quando cabível, a contratada deverá realizar o descarte dos resíduos decorrentes da execução da contratação, bem como a e/ou a logística reversa dos produtos.

4.2 Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2.1 Na presente contratação não há a indicação de marca.

4.3 Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3.1 Na presente contratação não há vedação de marca ou produto.

4.4 Da exigência de amostra

4.4.1 Na presente contratação não há exigência de amostra.

4.5 Subcontratação

4.5.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.6 Garantia da contratação

4.6.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5- MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

5.1 Prazo de entrega e forma de entrega:

5.1.1 Prazo de entrega: em até 15 (quinze) dias úteis, após a solicitação;

5.1.2 Forma de entrega: parcelada, conforme solicitação.

5.2 Locais de entrega:

5.2.1 As entregas para o DETRANS serão na Rua Caçador, 112, Atiradores - Joinville/SC, e, as entregas para o HMSJ serão no endereço na Rua Travessa São José, s/n próximo ACE, Anita Garibaldi - Joinville/SC;

5.2.2 As entregas serão realizadas conforme a disponibilidade do DETRANS e do HMSJ, após prévio agendamento através telefone e/ou e-mail fornecidos no ato da solicitação;

5.2.3 As entregas para as demais unidades serão no Centro Integrado de Armazenamento e Distribuição

(CIAD) situado na Rua dos Bororós, 502 - Zona Industrial Norte - Joinville/SC

5.2.3.1 As entregas serão realizadas conforme a disponibilidade das unidades da CONTRATANTE, após prévio agendamento realizado **exclusivamente** pelo e-mail ciad.joinville@branetlogistica.com.br, não serão recebidas as entregas de produtos sem agendamento ou fora do dia e horário agendado.

5.2.3.2 Ao solicitar agendamento deve ser informado no corpo do e-mail:

- a) Número da Ata de Registro de Preços e do Contrato, quando for o caso;
- b) Número da Nota de Empenho;
- c) Quantidade de volume que serão entregues;
- d) Unidade da Administração destinatária/requisitante;
- e) Cópia da Nota Fiscal;

5.2.4 Na entrega deverá impresso:

- a) Nota Fiscal de venda;
- b) Autorização de Fornecimento, quando houver emissão; e,
- c) Nota de Empenho.

5.2.5 As cargas serão conferidas e não serão recebidas caso o produto físico seja adverso ao contratado;

5.2.5.1 Caso, excepcionalmente, o produto possua qualquer divergência entre a contratação e o produto físico, deverá ser tratada antecipadamente com a unidade solicitante, a qual deverá autorizar previamente o recebimento. A autorização deverá ser encaminhada para e-mail ciad.joinville@branetlogistica.com.br

5.2.6 Os locais de entrega acima pré-definidos, podem sofrer alterações no decorrer da contratação, conforme a necessidade da CONTRATANTE, e, desde que limitados a este município;

5.2.6.1 Caso ocorra alteração no lugar de entrega será informado no ato da solicitação pela unidade requisitante.

5.2.7 As entregas serão preferencialmente, das 08 às 17 horas, em dias úteis, excluindo feriados e pontos facultativos definidos por Decreto Municipal vigente.

5.3 Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.3.2 Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.3.3 A garantia será prestada com vistas a manter os itens fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o CONTRATANTE.

5.3.4 O custo referente ao transporte dos itens cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

6-MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

Descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;

6.1 Gestão da contratação

6.1.1 A gestão será realizada por Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento, conforme Instrução Normativa nº 04/2022 da Secretaria de Administração e Planejamento, Capítulo VI, Seção IV, V e VI, restando como atores os servidores nomeados para compor a Comissão;

6.1.2 Caberá a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização designada verificar o cumprimento pela contratada de todas as condições contratuais.

6.1.3 A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento, será nomeada em até 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação do Contrato e/ou Ata de Registro de Preços;

6.1.4 Define-se como forma de comunicação com a contratada a formal, nos termos do Decreto nº 51.742/2022, que aprovou a Instrução Normativa nº 04/2022 (0015231284) da Secretaria de Administração e Planejamento;

6.1.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para

execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.1.6 A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.7 A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.2 Gestor do Contrato

6.2.1 A gestão será realizada pelas unidades abaixo, sendo as mesmas responsáveis pela fiscalização:

- a) Secretaria da Saúde – SES, gestora do Fundo Municipal de Saúde;
- b) Secretaria de Educação – SED;
- c) Secretaria de Meio Ambiente – SAMA ;
- d) Secretaria de Assistência Social - SAS, gestora do Fundo Municipal de Assistência Social;
- e) Secretaria de Administração Planejamento - SAP;
- f) Departamento de Trânsito de Joinville – DETRANS; e,
- g) Hospital Municipal São José – HMSJ.

6.2.2 Os gestores e fiscalizadores elencados no item 6.2.1 e subitens, ficam responsabilizados em publicar a portaria de nomeação da Comissão de Gestão e Fiscalização, que tratará em **conjunto** sobre todos os assuntos relativos à execução da contratação, inclusive solicitações de reequilíbrio, cancelamento, troca de marca entre outras.

6.2.3 A gestão não suprime as funções e competências do ordenador de despesa de cada unidade definido em lei.

6.2.4 Os contatos das unidades fiscalizadoras estão disponíveis no site: <https://www.joinville.sc.gov.br/estrutura-organizacional/>

6.3 Obrigações da Contratada específicas do objeto:

6.3.1 Indicar preposto fornecendo nome, número de aparelho telefônico móvel e e-mail, para todas as tratativas referente a contratação.

6.3.2 Identificar com crachás seus funcionários ou responsáveis pela entrega do objeto contratado.

6.3.3 Cumprir as às normas referentes à saúde, segurança e medicina do trabalho, seguindo as legislações vigentes de âmbito federal, estadual e municipal,

6.3.3.1 Orientar o preposto e demais funcionários quanto à necessidade de cumprir as normas e legislações, que estiverem em vigor.

6.3.4 Obedecer, quando for o caso, às recomendações dos fabricantes, normas técnicas, resoluções, portarias da ANVISA, ABNT, INMETRO, as disposições legais da União, do Estado de Santa Catarina, do Município de Joinville, dentre outros, que estiverem em vigor;

6.3.5 Obedecer às determinações deste Termo de Referência ao efetuar a entrega dos itens;

6.3.6 Será de responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas necessárias para a entrega dos itens;

6.3.7 Arcar com as despesas decorrentes do acondicionamento, carga, transporte e descarga dos itens.

6.3.7.1 Os itens com embalagens violadas, danificadas e/ou materiais manchados, sujos ou com aparência duvidosa, não serão aceitos, com base no Código de Defesa do Consumidor;

6.3.7.2 Os itens, sempre que possível, devem ser acondicionados em embalagens adequadas, lacradas para o transporte com segurança, com o menor volume possível e que utilizem preferencialmente materiais recicláveis, garantindo a máxima proteção durante o transporte e armazenamento;

6.3.7.2.1 As embalagens devem constar minimamente os dados de identificação, lote, fabricação, validade e quantidade correspondente ao conteúdo interno da mesma, ou seja, às embalagens primárias de consumo.

6.3.8 Executar a entrega com cuidado, restringindo-se apenas ao necessário para viabilização dos trabalhos, sem danificar, manchar e/ou sujar outros elementos preexistentes no local;

6.3.8.1 Proteger, sempre que necessário, com lona plástica ou outros dispositivos, o patrimônio da CONTRATANTE.

6.3.8.2 Efetuar, sempre que necessário, a sinalização de segurança com placas, fitas zebradas, e/ou outros.

6.3.8.3 Manter os locais afetados em perfeito estado de limpeza, deixando livre de restos/entulhos.

6.3.9 Realizar, quanto a pedido da CONTRATANTE, a realização de testes, exames, ensaios e quaisquer meios de provas necessários, que comprovem a qualidade do objeto;

6.3.10 Manter todas as condições contratuais durante o período de execução.

6.3.11 Acatar a fiscalização e a orientação da CONTRATANTE.

6.3.12 Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados, atendendo prontamente todas as solicitações.

6.3.13 Comunicar a CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade encontrada para o cumprimento da contratação.

6.3.14 Assumir integral responsabilidade por todos e quaisquer danos decorrentes da contratação, inclusive perante terceiros.

6.3.14.1 Os danos possíveis de reparação devem ser corrigidos em até 72 (setenta e duas) horas, observando-se as características originais dos materiais.

6.3.15 Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, previdenciária, cível ou penal, relacionados a contratação.

6.3.16 Demais obrigações da contratada serão regidas na forma do Código de Defesa do Consumidor do Código Civil Brasileiro.

6.4 Obrigações da Contratante específica do objeto:

6.4.1 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento do presente Termo de Referência;

6.4.2 Notificar a CONTRATADA quanto a qualquer irregularidade encontrada;

6.4.3 Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências das unidades para a entrega;

6.4.4 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, quando necessário;

6.4.5 Comunicar formalmente a CONTRATADA qualquer falha e/ou irregularidade no fornecimento dos produtos, determinando o que for necessário à sua regularização; e,

6.4.6 Aceitar/rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues pela CONTRATADA.

6.5 Das sanções

6.5.1 No caso da contratação, as sanções administrativas serão as mesmas dispostas na Lei 14.133/2021 e no Edital.

7 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

7.1 O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo do bem;

7.2 Os itens serão recebidos:

a) Provisoriamente, no ato da entrega do item, pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento;

b) Definitivamente, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, contados após o recebimento provisório, a CONTRATANTE realizará o recebimento definitivo, que ocorrerá somente se os itens estiverem conforme quantidade solicitada e consoante as especificações do presente Termo de Referência;

c) Na hipótese de verificação a que se refere o subitem 7.2, "b" não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

d) O recebimento provisório ou definitivo dos itens não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da futura contratação;

e) Se a CONTRATANTE constatar, tanto no recebimento provisório como no definitivo, que os itens não correspondem ao exigido no presente Termo de Referência, ou estão em quantidade diversa da solicitada, a CONTRATADA deverá providenciar no prazo de 7 (sete) dias úteis, a substituição/reposição visando ao atendimento total das especificações, conforme item 2, sem prejuízo da incidência das sanções previstas na contratação, no Edital, na Lei nº. 14.133/2021 e alterações posteriores e no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90).

7.3. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.4 O pagamento será por item entregue, após conferência e recebimento definitivo do atendimento das especificações do Termo de Referência.

7.5 Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar a comprovação da regularidade trabalhista, previdenciária e FGTS, além de outros documentos que comprovem a regularidade da contratada nos termos do artigo 92, inciso XVI da Lei 14.133/2021.

7.6 O método de avaliação e conformidade dos produtos entregues deverão observar os padrões mínimos de qualidade e desempenho do deste Termo de Referência.

8 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO UNITÁRIO.

8.2 Forma de fornecimento

8.2.1 O fornecimento do objeto será parcelado.

8.3 Exigências de habilitação

8.3.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

a) Qualificação Técnica

a.1) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

a.2) Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão ser de fornecimento de produto compatível, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

a.3) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.3.2 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.4 Da participação de consórcio

8.4.1 Será admitida a participação de empresas em consórcio, observados os requisitos legais e regras previstas no Edital.

9 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

9.1 O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso na fase preparatória, com vistas a garantir a lisura da pesquisa de mercado e será tornado público apenas quando da fase externa do procedimento.

10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1 Os valores para a presente contratação estão em conformidade com a previsão orçamentária das unidades participantes;

10.2 Estão previstos recursos orçamentários para a presente contratação, que estão discriminados junto ao documento "Requisição de Compras"; que fará parte do presente processo.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11- DA ASSINATURA ELETRÔNICA:

11.1 Considerando que assinatura dos instrumentos contratuais são realizados eletronicamente, mediante login e senha, deverão o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) providenciar(em) a sua assinatura eletrônica, de acordo com Instrução Normativa nº 183/2023, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 56.185/2023.

11.1.1 - O(s) representante(s) legal(is) do(s) interessado(s) em participar da licitação poderá(ão) providenciar seu cadastro, com autenticação de conta através do login único "gov.br" para liberação da assinatura eletrônica, de acordo com o que estabelece a carta de serviços disponível no seguinte link: <https://www.joinville.sc.gov.br/servicos/acessar-portal-de-autosservico/>

11.2 - Após declarado vencedor o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) deverá(ão) estar com o seu usuário externo certificado para efetuar a assinatura eletrônica, nos termos do Decreto nº 56.185/2023, sob pena de decair do direito de assinar o Contrato e/ou eventuais alterações, sem prejuízo das sanções previstas no edital.

11.2.1 - É de responsabilidade exclusiva do(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s)/interessado(s) a criação de seu cadastro com autenticação de conta através do login único "gov.br"; para liberação da assinatura eletrônica.

ANEXO VII

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 0023161710/2024 - SAP.ARC.AUN

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

1.1 Trata-se de processo para contratação comum e rotineira para fins de atendimento da necessidade da Administração, consubstanciada em aquisição de utensílios de copa e cozinha, por sistema de registro de preços.

1.2 Como é sabido, a aquisição de utensílios de copa e cozinha, por sistema de registro de preços se faz necessária para a continuidade das atividades da Administração, cuja interrupção causa graves transtornos à população, seja direta ou indiretamente, pela ineficiência da prestação dos serviços.

1.3 Atualmente a Administração possui contratação vigente e a presente visa substituí-la, garantindo que não ocorra a falta dos produtos;

1.4 A mora na contratação ocasionará a falta dos produtos e consequentemente, diminuirá o nível de segurança e acessibilidade da Administração, causando impactos negativos ao servidor e ao munícipe, tais como: a falta dos utensílios de copa e cozinha indispensáveis aos almoxarifados, inviabilizando o fornecimento destes produtos para as diversas unidades da Administração.

1.5 A contratação permitirá o atendimento demanda contínua da Administração no fornecimento pretendido, garantindo a continuidade dos serviços ofertados aos servidores e munícipes, possibilitando o bom desempenho das funções laborais pelos servidores municipais, em um ambiente de trabalho mais saudável, garantido melhor condição de trabalho e um atendimento de qualidade à demanda municipal.

1.6 A contratação por meio do sistema de registro de preços permitirá que a Administração realize a aquisição dos produtos de acordo com a demanda específica, sem a obrigatoriedade de prever quantidades exatas. Essa flexibilidade é fundamental, pois possibilita uma adaptação às variações de consumo que podem ocorrer ao longo do tempo, assegurando que os utensílios estejam sempre disponíveis quando necessário. Além disso, essa abordagem otimiza os recursos financeiros, evitando desperdícios e assegurando um gerenciamento mais eficaz dos estoques.

2 – DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

2.1 O Planejamento Anual de Contratações Unificadas pode ser consultado no SEI 0015338982, contudo foi dispensado por meio do Decreto n.º 51.742/2022, que aprovou a Instrução Normativa n.º 04/2022 (0015231284) da Secretaria de Administração e Planejamento, sendo necessária sua elaboração somente no exercício de 2024.

2.2 A contratação encontra amparo na Lei nº 8.993, de 31 de agosto de 2021, que dispõe sobre a revisão do PPA - Plano Plurianual 2022-2025 do Município de Joinville - Processo 21.0.187194-1.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo,

devem ser apresentadas as devidas justificativas.

3.1 Para a adequada satisfação da necessidade da Administração, devem ser atendidos os seguintes requisitos mínimos:

- a) Substituir no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, após notificada, os produtos que apresentarem defeitos/vícios, ocultos ou não, e/ou que se tornarem impróprios para uso a que são destinados, e/ou, que não correspondam com o Termo de Referência, sem ônus para CONTRATANTE;
- b) As despesas decorrentes do acondicionamento, transporte, carga, descarga, entrega do objeto correrão por conta da CONTRATADA;
- c) Identificar seus funcionários, ou terceiros, responsáveis pela entrega do objeto contratado;
- d) Obedecer, quando for o caso, às recomendações dos fabricantes, normas técnicas, resoluções, portarias da ANVISA, ABNT, INMETRO, as disposições legais da União, do Estado de Santa Catarina, do Município de Joinville, dentre outros, que estiverem em vigor;
- e) Assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes deste fornecimento, inclusive perante terceiros;
- f) Promover a destinação final ambientalmente adequada e a logística reversa, sempre que a legislação assim o exigir.

3.2 Os demais requisitos específicos estão dispostos no Termo de Referência.

3.3 O critério de seleção do fornecedor deverá apresentar do atestado de capacidade técnica similar com os itens cotados, sem exigência de percentuais mínimos. A Administração não vislumbra necessidade na comprovação através de percentuais mínimos, pois não cumpre com o objetivo de garantir segurança na contratação, conforme o Art. 67, § 2º da Lei nº 14.133/2021 estão "*vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados*", o que possibilita ilimitadamente a apresentação de atestados que serão somados para atingir o exigido em Edital, tal condição também, permite a apresentação de atestados anacrônicos, ou seja, a exigência de percentual mínimo, não cumpre com o real objetivo, apenas aumenta a burocracia da licitação e restringe a competitividade. Por fim, considerando que os requisitos de habilitação preveem qualificação técnica e econômica financeira suficientes para demonstrar as condições do licitante em fornecer os itens, opta-se por não indicar o percentual mínimo de quantitativo dos itens para compor o atestado de capacidade técnica.

3.3.1 Concomitantemente, verifica-se que para o presente processo, o fornecimento ocorrerá de forma parcelada, sem definição prévia dos quantitativos para cada solicitação, o que reforça a justificativa para não exigir-se quantitativos nos atestados de capacidade técnica.

3.3.2 Assim, considerando que os requisitos de habilitação preveem qualificação técnica e econômica financeira suficientes para demonstrar as condições do licitante em fornecer os itens, opta-se por não indicar o percentual mínimo de quantitativo dos itens para compor o atestado de capacidade técnica, sendo necessário tão somente a comprovação por meio de atestado o fornecimento similar aos itens cotados.

3.4 O art. 69, da Lei nº 14.133/2021, objetiva permitir que os licitantes demonstrem e garantam que possuem aptidão econômica suficiente para assumir os encargos decorrentes da contratação licitada, com a apresentação do balanço patrimonial relativo aos dois últimos exercícios sociais.

3.5 A metodologia estabelecida para a aferição dessa condição financeira mínima, de longe, para a presente contratação não se demonstra efetiva, visto que limita os participantes, principalmente as micro e pequenas empresas, sendo forte causador de licitações fracassadas e desertas, para o objeto.

3.6 O fornecimento pretendido em é realizado por muitas empresas de pequeno porte, que por norma são dispensados de produzir o balanço patrimonial, com fulcro no Código Civil em seu § 2º do art. 1.179, bem como nos termos do art. 26 da LC n. 123/06.

3.7 O balanço patrimonial é um documento próprio e específico regulamentado pela ordem jurídica, que somente pode ser tomado como eficaz após elaborado e apresentado por profissional competente e registrado na Junta Comercial. A elaboração de tal documento requer um investimento econômico que consome grande parte do lucro auferido na licitação, tornando-a desinteressante aos olhos do fornecedor, que a priori, é dispensado da escrituração contábil por força de Lei.

3.8 Conforme consta no o Art. 37 da Constituição Federal, em inciso XXI os princípios que devem reger as contratações públicas:

Art. 37 (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e

econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Por sua vez, os Arts. 69 e 70 da Lei 14.133/2021 indicam os seguintes parâmetros para aferição da qualificação técnica e econômica:

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

(...)

§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

Art. 70. A documentação referida neste Capítulo poderá ser:

I - apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;

II - substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei;

III - dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e

nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Por sua vez, resta definido no Art. 6º, inciso X da Lei 14.133/2021 a seguinte definição de “entrega imediata”:

X - compra: aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente, considerada imediata aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento;

3.9 Assim, para as contratações cujo prazo de entrega do produto seja realizada no prazo de 30 (trinta) dias do pedido da Administração, há que ser considerada como imediata, e por via de consequência, dispensável a exigência de qualificação financeira por decisão fundamentada da Administração.

3.10 Em se tratando de aquisição de item comum, como é o objeto da contratação, na qual resulta na entrega de um produto, é possível se aplicar o conceito de entrega imediata do Art. 6º da Lei 14.333/2021, a qual não resulta inclusive em obrigação posterior e futura, exceto a garantia consumerista por vício ou defeito;

3.11 De acordo com o dispositivo constitucional e infra-legal, cabe à equipe de planejamento indicar para a contratação, de acordo com o histórico das licitações anteriores, a melhor forma de aferir a qualificação técnica e econômica dos licitantes, ponderando caso a caso, de forma a indicar tão somente a documentação estritamente necessária e indispensável para a garantia do cumprimento das obrigações.

3.12 Deste modo, aferir a qualificação econômico-financeira dos licitantes pela apresentação do balanço patrimonial dos dois últimos anos, para a presente contratação é de pouca utilidade prática e de baixíssima efetividade, e, acarreta o prejuízo direto à Administração, que, por sua vez, resta deficiente do produto necessário para a continuidade de suas atividades, alijando uma série de proponentes que poderiam contratar com a Administração com o melhor preço.

3.13 A contratação ora pretendida é por sistema de registro de preços, cuja demanda é futura e eventual, não resultando em compromisso para a Administração da contratação da integralidade do quantitativo indicado; Ainda, há outros instrumentos previstos no Edital, capazes de aferir a qualificação do fornecedor/prestador que é o atestado de capacidade técnica, compatível com o objeto da contratação.

3.14 Em caso de eventual descumprimento, há também a possibilidade de impor ao contratado as sanções previstas em Lei, cuja certeza e efetividade das punições torna desinteressante a participação de licitantes que porventura na execução contratual não venham a deter a capacidade necessária.

3.15 O serviço proposto para atendimento da necessidade de Administração não requer estoques abundantes, pois as solicitações são realizadas na medida em são necessárias para reposição de estoque e atendimento da demanda.

3.16 Assim a dispensa da exigência da apresentação do balanço patrimonial oportuniza a Administração a alcançar uma contratação com maior efetividade, em cumprimento ao dispositivo constitucional, que atenda suas necessidades, bem como garante o cumprimento dos princípios administrativos, tais como a

impressoalidade, competitividade, proporcionalidade, razoabilidade, economicidade e eficiência.

3.17 A(s) ata(s) de registro de preços poderá(ão) ser(em) prorrogada(s) por 01 (um) ano, desde que atendido o previsto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021. Quando da análise da viabilidade e conveniência da prorrogação das ata(s) de registro de preços, as requisitantes deverão ainda, além da vantajosidade com relação ao valor de mercado e manutenção do atendimento da necessidade da Administração, há que se ponderar ainda, se é necessário a prorrogação ou não do saldo da Ata de Registro de Preços, com vistas a garantir o atendimento da necessidade até a vigência da próxima Ata de Registro de Preços.

3.17.1 Para tanto, se faz necessário verificar o saldo utilizado, o histórico de consumo e realizar uma projeção pelo tempo de prorrogação e/ou a nova Ata de Registro de Preços. Tal medida visa garantir o atendimento da necessidade, bem como cumprir com o planejamento da contratação.

3.17.2 No caso das compras unificadas, nos termos do Planejamento Anual de Contratações Unificadas (0015338982), os órgãos requisitantes deverão verificar a previsão das novas Atas de Registro de Preços e tomar as providências necessárias para prorrogação e renovação (ou não) do saldo das Atas de Registro de Preços.

3.17.3 Assim, em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

4 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

4.1 Para a presente contratação, a estimativa das quantidades foram obtidas considerando a demanda das unidades solicitantes.

4.2 Para o levantamento das quantidades foram analisados os documentos das contratações vigentes, realizado o levantamento junto às Unidades contempladas na contratação, consideradas as previsíveis alterações de demanda e a possibilidade de economia de escala.

4.3 A quantidade estimada está demonstrada no Item 1 do Documento de Formalização de Demanda - DFD, constante neste Processo SEI e compilada na tabela abaixo:

DENOMINAÇÃO	DESCRIPTIVO	UNIDADE DE MEDIDA	DETRANS	FMAS	HMSJ	SAMA	SAP	SAS	SED	SES	Total geral
ACENDEDOR DE FOGAO MANUAL	Acendedor com ignição através de fâisca , corpo em plástico, bico em metal. Medindo 20 cm a 30 cm de comprimento.	Unidade		18		7	5	1			31
AMASSADOR DE BATATAS DE INOX	Amassador em aço inox. Medindo 20 cm a 30 cm de altura.	Unidade		9		2					11
BACIA REDONDA - 29L A 31L	Bacia em plástico incolor ou branco, com formato arredondado, canelado e pegadores. Capacidade de 29 litros a 31 litros.	Unidade		10		5	25				40
BACIA REDONDA - 4L A 5L	Bacia em plástico incolor ou branco, com formato arredondado e canelado. Capacidade de 4 litros a 5 litros.	Unidade		24		5	31	1			61
BACIA REDONDA - 6L A 7L	Bacia em plástico incolor ou branco, com formato arredondado e canelado. Capacidade de 6	Unidade		18		5	26				49

	litros a 7 litros.										
BANDEJA - 17L A 19L	Bandeja em plástico, branca ou leitosa. Medindo no mínimo 9 cm de altura e capacidade de 17 litros a 19 litros.	Unidade		10	200	54	11				275
BANDEJA - 6L A 8L	Bandeja em plástico, branca ou leitosa. Medindo no mínimo 7 cm de altura e capacidade de 6 litros a 8 litros.	Unidade		15		50	29	60			154
BANDEJA ABS - TAM P	Bandeja lisa em plástico ABS. Medindo 30 cm a 35 cm x 18 cm a 23 cm x 2 cm a 3 cm (CxLxA).	Unidade		15		50	15				80
BANDEJA DE ACRILICO DIAMANTADA	Bandeja retangular, diamantada em acrílico transparente, medindo 40 cm x 35 cm x 2,5 cm (C x L x E), podendo variar até 0,5 cm.	Unidade					10				10
BANDEJA PARA REFEICAO	Bandeja retangular para refeição, sem divisórias e em plástico resistente a máquina lava-louças. Medindo 43 cm a 48 cm x 30 cm a 35 cm x 2 cm a 3 cm (CxLxA).	Unidade		12			24				36
BULE DE ALUMINIO - 3L A 3,5L	Bule de alumínio. Capacidade de 3 litros a 3,5 litros.	Unidade		8		3	4	7			22
BULE DE INOX POR INDUCAO - 1,5L A 2,5L	Bule de aço inox, para fogão por indução. Capacidade de 1,5 litros a 2,5 litros.	Unidade		4			1				5
CACAROLA DE ALUMINIO - 10L A 11L	Caçarola com tampa e pegadores em alumínio hotel. Capacidade de 10 litros a 11 litros.	Unidade		7							7
CACAROLA DE ALUMINIO - 18L A 19L	Caçarola com tampa e pegadores em alumínio hotel. Capacidade de 18 litros a 19 litros.	Unidade		3							3
CACAROLA DE ALUMINIO - 5L A 6L	Caçarola com tampa e pegadores em alumínio hotel. Capacidade de 5 litros a 6 litros.	Unidade		10			1				11
CACAROLA DE CERAMICA - 1,5L A 2,5	Caçarola de cerâmica com tampa de vidro temperado, alças laterais, resistente a altas temperaturas. Capacidade de 1,5 litros a 2,5 litros.	Unidade		7							7
CANECO DE ALUMINIO - N. 16	Caneco de alumínio hotel e cabo de baquelite. Capacidade de 2,5 litros a 3,2 litros.	Unidade		12			24	1			37
	Canudo de silicone										

CANUDO REUTILIZAVEL - 5MM A 7MM	reutilizável. Medindo 20 cm a 30 cm de comprimento e 5 mm a 7 mm de diâmetro.	Unidade					24				24
CARRINHO AUXILIAR DE INOX	Carrinho auxiliar em aço inox AISI 304, contendo 4 rodízios giratórios, sendo 2 com freio (trava). Puxadores e dois planos para transporte com capacidade mínima de estocagem de 50 quilos cada. Os planos devem ser totalmente revestidos por chapa de inox e conter aba de proteção de no mínimo 20 mm de altura. Medindo 100 cm x 50 cm x 90 cm (CxLxA), podendo variar para mais até 10 cm.	Unidade		4			15		200		219
CHALEIRA DE ALUMINIO - 3L A 3,5L	Chaleira de alumínio polido. Capacidade de 3 litros a 3,5 litros.	Unidade		7		5	2		400		414
CHALEIRA DE INOX POR INDUCAO - 2,5L A 3,5L	Chaleira de aço inox, para fogão por indução e podendo ser esmaltado. Capacidade de 2,5 litros a 3,5 litros.	Unidade		5		2	2				9
COLHER - 40CM A 45CM	Colher em atileno, polietileno ou maciça, formato arredondado, côncava, resistente a alta temperatura (min. 150°), na cor branca. Medida da base somada ao cabo de 40 cm a 45 cm.	Unidade		7			12	8			27
COLHER - 50CM A 60CM	Colher em atileno, polietileno ou maciça, formato arredondado, côncava, resistente a alta temperatura (min. 150°), na cor branca. Medida da base somada ao cabo de 50 cm a 60 cm.	Unidade		3		5	12				20
COLHER DE INOX PARA SERVIR	Colher para servir em aço inox, com cabo em baquelite, atileno, polietileno, polipropileno ou maciça. Medida da base somada ao cabo de 33 cm a 40 cm.	Unidade	4	12		7	45	6			74
COLHER DE SILICONE - 25CM A 35CM	Colher em silicone resistente a alta temperatura (min. 150°), com a base côncava e sem perfurações	Unidade		19		5	22				46

ABACIM	(aberturas). Medida da base somada ao cabo de 25 cm a 35 cm.										
COLHER REMO	Colher com a base reta/plana em polietileno ou polipropileno ou politetrafluoretileno, resistente a alta temperatura (min. 150°), na cor branca, com cabo de aço inox. Medida da base somada ao cabo de 60 cm a 100 cm.	Unidade		5			12				17
CONCHA DE INOX	Concha em aço inox. Capacidade de 130 ml a 150 ml.	Unidade		11		2	8	6			27
CONJUNTO MEDIDOR DE COLHER	Conjunto medidores de colher em plástico, contendo no mínimo quatro peças com as medidas: 1/2 colher de chá (2,5 ml), 1 colher de chá (5 ml); 1/2 colher de sopa (7,5 ml); 1 colher de sopa (15 ml).	KIT		6			10				16
CONJUNTO MEDIDOR DE XICARA	Conjunto medidores de xícaras, em plástico, contendo no mínimo quatro peças com as medidas de 1/4 xícara de chá (60 ml); 1/3 xícara de chá (80 ml); 1/2 xícara de chá (120 ml); 1 xícara de chá (240 ml).	KIT		7		1	10				18
COPO DE VIDRO - 300 ML	Copo de vidro liso e incolor. Capacidade de 300 ml, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade		174		78	206	114	2400		2972
COPO DE VIDRO - 60ML A 100ML	Copo de vidro liso e incolor. Capacidade de 60 ml a 100 ml.	Unidade		20			46	90			156
COPO MEDIDOR - 500 ML	Copo de plástico graduado. Capacidade de 500 ml.	Unidade		10			16				26
COPO TREINAMENTO COM BICO	Copo de treinamento sem alça, tampa rosqueável, sistema antivazamento e bico rígido ou semi rígido anatômico com furos. Esterilizável e isento de bisfenol A. Capacidade de 140 ml a 260 ml.	Unidade		2				30			32
COPO TREINAMENTO COM BICO E ALÇA	Copo de treinamento com alça, tampa rosqueável, sistema antivazamento e bico rígido ou semi rígido anatômico com furos.	Unidade		2				30			32

	Esterilizável e isento de bisfenol A. Capacidade de 140 ml a 260 ml.										
COPO TREINAMENTO SEM BICO	Copo de treinamento 360 graus com alça e válvula de silicone. Esterilizável e isento de bisfenol A. Capacidade de 140 ml a 260 ml.	Unidade						30			30
CUBA GASTRONOMICA GN 1/1 TEFLONADA PARA OVOS	Cuba gastronômica com 08 cavidades para ovos. Medindo 530 mm x 325 mm (CxL).	Unidade		6							6
ESCORREDOR DE ALUMINIO - 40CM A 50CM	Escorredor de alumínio hotel, arredondado, com alças laterais e base fixada. Medindo 40 cm a 50 cm de diâmetro e 18 cm a 25 cm de altura.	Unidade		3		6	2	1			12
ESCORREDOR DE INOX - 24CM A 35CM	Escorredor de aço inox, arredondado, com alças laterais e base fixada. Medindo 24 cm a 35 cm de diâmetro e 12 cm a 22 cm de altura.	Unidade		7			9	6			22
ESCUMADEIRA DE ALUMINIO	Escumadeira de alumínio. Medida da base 12 cm a 15 cm de diâmetro e do cabo com 40 cm a 50 cm.	Unidade		8			3				11
ESPATULA DE INOX PARA BOLO	Espátula em aço inox. Medida da base somada ao cabo de 20 cm a 25 cm.	Unidade		21			22	1	400		444
ESPATULA DE SILICONE	Espátula em silicone resistente a altas temperaturas. Medida da base somada ao cabo de 25 cm a 30 cm de comprimento.	Unidade		19		5	7	1			32
ESPRESSO MEDIDOR DE INOX PARA LIMÃO	Espremedor em aço inox para limão.	Unidade		11		2	5				18
ESTRADO MODULAR - 25CM X 50CM	Estrado de plástico em módulos de fácil encaixe na cor branca. Medindo 25 cm a 27 cm x 50 cm a 52 cm x 2,5 cm (CxLxA).	Unidade	20	2			132				154
FACA DE CORTE - 8"	Faca de corte com cabo em polipropileno e superfície texturizada e lâmina em aço inox tratado termicamente.	Unidade		14		34	6	13			67
FACA DE CORTE - 9"	Faca de corte com cabo em polipropileno e superfície texturizada e lâmina em aço inox tratado termicamente.	Unidade		13		30	22	1			66

FACA PARA PAO	Faca com cabo em polipropileno e lâmina em aço inox com fio serrilhado. Medida da lâmina de 17 cm a 20 cm.	Unidade		8		3	16	2			29
FORMA DE ALUMINIO PARA PAO - 26CM	Forma/assadeira para pão, em alumínio. Medindo 26 cm x 12 cm x 5 cm (CxLxA), podendo variar até 2 cm no comprimento e/ou largura e/ou 0,5 cm na altura.	Unidade		9				7			16
FORMA DE ALUMINIO PARA PUDIM - N.28	Forma/assadeira para pudim/bolo, em alumínio. Medindo 28 cm de diâmetro e 9 cm a 11 cm de altura.	Unidade		8							8
FORMA RETANGULAR DE ALUMINIO - N.01	Forma/assadeira em alumínio, retangular. Medindo 29 cm x 20 cm x 5 cm (CxLxA), podendo variar até 3 cm.	Unidade		5			2	2			9
FORMA RETANGULAR DE ALUMINIO - N.02	Forma/assadeira em alumínio, retangular. Medindo 32 cm x 23 cm x 5 cm (CxLxA), podendo variar até 3 cm.	Unidade		11			3				14
FORMA RETANGULAR DE ALUMINIO - N.03	Forma/assadeira em alumínio, retangular. Medindo 35 cm x 26 cm x 5 cm (CxLxA), podendo variar até 3 cm.	Unidade		20			1	2			23
FOSFORO - 4 CM	Kit com 10 caixinhas de fósforos em madeira, com 40 palitos de fósforo de 4 cm cada.	KIT		67		20	31	1		10	129
FRIGIDEIRA DE ALUMINIO 18CM	Frigideira em alumínio e antiaderente, com cabo de baquelite. Medindo 18 cm de diâmetro, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade		8				1			9
FRIGIDEIRA DE ALUMINIO 28CM	Frigideira em alumínio e antiaderente, com cabo de baquelite. Medindo 28 cm de diâmetro, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade		6			1				7
FRIGIDEIRA DE ALUMINIO 38CM	Frigideira em alumínio, antiaderente e com cabo de baquelite. Medindo 38 cm de diâmetro, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade		2							2
FUNIL - 100MM	Funil em plástico com 100 mm de diâmetro.	Unidade		5		10	19	8			42
GARRAFA	Garrafa térmica com torneira, desmontável para										

GARRAFA TERMICA COM TORNEIRA - 6L	higienização e pés retráteis, corpo em plástico resistente. Capacidade de 6 litros.	Unidade	3	6	20	10	20	8	400	20	487
GARRAFA TERMICA DE INOX - 1,8L A 2L	Garrafa térmica com revestimento em inox, com ampola de vidro e alça móvel fixada na tampa, com sistema de pressão. Capacidade de 1,8 litros a 2 litros.	Unidade	8	26	20	37	149	18		200	458
JARRA DE INOX COM TAMPA - 2L	Jarra de inox em aço inoxidável. Capacidade de 2 litros, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade	4	31			14	8			57
JARRA DE VIDRO COM TAMPA - 1,5L	Jarra de vidro liso, incolor, com tampa. Capacidade de 1,5 litros, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade		20			29	10			59
JARRA PLASTICA COM TAMPA - 2L	Jarra em plástico, lisa e sem textura, com bico para servir, incolor, cabo firme. Capacidade de 2 litros, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade		19	20	12	26	12		100	189
JARRA PLASTICA GRADUADA COM TAMPA - 4L	Jarra em plástico resistente, incolor. Capacidade de 4 litros, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade		10	20		6			100	136
JOGO DE PANELAS POR INDUCAO	Jogo de panelas para fogão de indução contendo 05 peças. Contendo: 01 panela com tampa, capacidade mínima de 1,55 L e máxima de 3 L; 01 panela com tampa, capacidade mínima de 1,25 L e máxima de 1,5 L; 01 caçarola com tampa, capacidade mínima de 3,55 L e máxima de 5 L; 01 caçarola com tampa, capacidade mínima de 2,55 L e máxima de 4,6 L e 01 frigideira com no mínimo 22 cm e no máximo 26 cm de diâmetro e com no mínimo 4,5cm e no máximo 5 cm de profundidade.	KIT		1			2				3
LEITEIRA DE ALUMINIO - 2L A 3L	Leiteira em alumínio polido, com capacidade mínima de 2 litros e máxima de 3 litros.	Unidade		6			1				7
OMELETEIRA DE	Omeleteira em alumínio, revestimento										

SMELETERA DE ALUMINIO	antiaderente, cabo de baquelite preto. Diâmetro 18 cm a 20 cm.	Unidade		6			2				8
PANELA DE PRESSAO DE ALUMINIO - 15L	Panela de pressão em alumínio, com fechamento externo, tampa com vedação, válvula para controle da pressão e válvulas de segurança, com cabo longo confeccionado em baquelite. Capacidade de 15 litros, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade		1							1
PANELA DE PRESSAO DE ALUMINIO - 3L A 4,5L	Panela de pressão em alumínio, com fechamento externo, tampa com vedação, válvula para controle de pressão e válvula de segurança, com cabo longo confeccionado em baquelite. Capacidade de 3 litros a 4,5 litros.	Unidade		3		2		1			6
PANELA DE PRESSAO DE ALUMINIO - 6L A 7,5L	Panela de pressão em alumínio, com fechamento externo, tampa com vedação, válvula para controle de pressão e válvula de segurança, com cabo longo confeccionado em baquelite. Capacidade de 6 litros a 7,5 litros.	Unidade		1			1				2
PANELA DE PRESSAO POR INDUCAO - 4L A 5L	Panela de pressão para fogão de indução, capacidade mínima de 4 litros e máxima de 5 litros.	Unidade		1							1
PEDRA PARA AFIAR LAMINA	Pedra para afiar em formato retangular, dupla face, com duas opções de afiação desgaste e acabamento, suporte antideslizante.	Unidade		11		5	7	1			24
PEGADOR EM INOX TIPO PINCA	Pegador em aço inox, em formato de pinça com dentes. Comprimento total mínimo de 20 cm e máximo de 30 cm.	Unidade		24		5	14	6	400		449
PENEIRA EM INOX - 12CM	Peneira em aço inox, medindo 12 cm de diâmetro.	Unidade		13		8	6				27
PENEIRA EM INOX - 20CM	Peneira em aço inox, medindo 20 cm de diâmetro.	Unidade		7		8	6	6			27
PINCEL DE SILICONE	Pincel em silicone resistente a altas temperaturas. Comprimento de 23	Unidade		16		10	1				27

	cm a 26 cm.										
POTE COM TAMPA - 250ML	Pote fabricado em polipropileno, livre de BPA, incolor ou branco, com tampa, resistente a altas e baixas temperaturas. Capacidade de 250ml, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade		50		10	9	65			134
POTE COM TAMPA - 7L A 8L	Pote fabricado em polipropileno, livre de BPA, incolor ou branco, com tampa, resistente a altas e baixas temperaturas. Capacidade de 7 litros a 8 litros.	Unidade		29		10	23	25			87
POTE COM TAMPA - 800ML	Pote fabricado em polipropileno, livre de BPA, incolor ou branco, com tampa, resistente a altas e baixas temperaturas. Capacidade de 800ml, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade	6	46		13	13	35			113
POTE COM TAMPA HERMETICO E TRAVAS - 270ML A 360ML	Pote fabricado em polipropileno, com tampa hermética e travas no fechamento. Capacidade de 270 ml a 360 ml. Medindo 4,5cm x 9,5cm x 13cm (A x L x C), podendo variar até 2 cm.	Unidade					50				50
POTE DE VIDRO COM TAMPA - 3L A 3,5L	Pote em vidro liso, incolor e com tampa. Capacidade de 3 litros a 3,5 litros.	Unidade	6	37	10		39	19			111
POTE DE VIDRO COM TAMPA ROSQUEAVEL - 200ML	Pote em vidro liso, incolor e com tampa plástica rosqueável. Capacidade de 200 ml, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade	6	12			35	20	1000		1073
POTE REDONDO COM TAMPA - 2,5L A 3,5L	Pote redondo, fabricado em polipropileno, livre de BPA, com tampa, rosqueável. Capacidade de 2,5 litros a 3,5 litros. Medindo de 15 cm a 25 cm de altura.	Unidade			80						80
POTE REDONDO COM TAMPA - 4,5L A 5,5L	Pote redondo, fabricado em polipropileno, livre de BPA, com tampa, rosqueável. Capacidade de 4,5 litros a 5,5 litros. Medindo de 15 cm a 25 cm de altura.	Unidade			80						80
POTE RETANGULAR	Pote retangular fabricado em polipropileno, BPA Free, incolor ou branco, com tampa,										

RETANGULAR COM TAMPA - 1,5L	resistente a altas e baixas temperaturas. Capacidade de 1,5 litros, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade		30			7	32			69
POTE RETANGULAR COM TAMPA - 11L	Pote retangular fabricado em polipropileno, livre de BPA, incolor ou branco, com tampa, resistente a altas e baixas temperaturas. Capacidade de 11 litros, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade		17			23	24			64
POTE RETANGULAR COM TAMPA - 2L	Pote retangular fabricado em polipropileno, livre de BPA, incolor ou branco, com tampa, resistente a altas e baixas temperaturas. Capacidade de 2 litros, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade		32			6	14			52
POTE RETANGULAR COM TAMPA - 4L A 4,5L	Pote retangular fabricado em polipropileno, livre de BPA, incolor ou branco, com tampa, resistente a altas e baixas temperaturas. Capacidade de 4 litros a 4,5 litros.	Unidade		23			30	2			55
POTE RETANGULAR COM TAMPA - 500ML	Pote retangular fabricado em polipropileno, livre de BPA, incolor ou branco, com tampa, resistente a altas e baixas temperaturas. Capacidade de 500 ml, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade		33		3	7	35			78
PRATO DE VIDRO FUNDO	Prato fundo em vidro temperado, redondo, branco ou incolor. Diâmetro de 22 cm a 24 cm.	Unidade		74		24	143	132	2500		2873
PRATO DE VIDRO PARA SOBREMESA	Prato para sobremesa em vidro temperado, redondo, branco ou incolor. Diâmetro de 18 cm a 20 cm.	Unidade		86		54	141	142	2500		2923
PRATO DE VIDRO RASO	Prato raso em vidro temperado, redondo, branco ou incolor. Diâmetro de 22 cm a 24 cm.	Unidade		52		54	291	17			414
RALADOR MANUAL EM INOX	Ralador em aço inox, com cabo e contendo 4 faces e 4 funções. Medindo de 20 cm a 26 cm de altura e base com 10 cm a 16 cm de comprimento.	Unidade		13		5	9	1			28
REFRATARIO REDONDO 2,4L	Refratário/assadeira de vidro, e, com capacidade de 2,4	Unidade		3			2				5

REDONDO - 2,4L	litros e podendo variar até 100 ml.										
REFRATARIO REDONDO COM TAMPA - 2,4L	Refratário/assadeira de vidro com tampa plástica ou de silicone, e, capacidade de 2,4 litros e podendo variar até 100 ml.	Unidade		15			11	18			44
REFRATARIO RETANGULAR - 29CM	Refratário/assadeira de vidro, retangular. Medindo 29 cm x 17 cm x 5 cm (CxLxA), podendo variar até 2 cm no comprimento e na largura e 5 mm na altura.	Unidade		4			9				13
REFRATARIO RETANGULAR - 36CM	Refratário/assadeira de vidro, retangular. Medindo 36 cm x 21 cm x 5 cm (CxLxA), podendo variar até 3 cm.	Unidade		5			8				13
REFRATARIO RETANGULAR - 39CM	Refratário/assadeira de vidro, retangular. Medindo 39 cm x 24 cm x 7 cm (CxLxA), podendo variar até 3 cm.	Unidade		4			6				10
REFRATARIO RETANGULAR COM TAMPA - 29CM	Refratário/assadeira de vidro com tampa plástica ou de silicone, retangular. Medindo 29 cm x 17 cm x 5 cm (CxLxA), podendo variar até 3 cm.	Unidade		18			13	20			51
RODO DE PIA	Rodo de pia com borracha/EVA na parte inferior inteira da base. Medindo 16 cm a 22 cm de largura na base e medida da base somada ao cabo de 20 cm a 28 cm de comprimento.	Unidade	4	14		12	40	8			78
SOCADOR DE FEIJAO	Socador de feijão em polietileno ou polipropileno, na cor branca, com cabo de aço inox. resistente. Medida da base somada ao cabo de 50 cm a 60 cm de comprimento e base com 7 cm a 9 cm diâmetro.	Unidade		4							4
SUPORTE PARA COADOR - N.103	Suporte para coador em plástico, resistente para suportar água em alta temperatura, corpo com alça e suporte plano, para filtros nº 103.	Unidade		10		4	30	6			50
TABUA DE CORTE AMARELA 50CM X 30CM	Tábua de corte em polietileno, na cor amarela. Medidas: 50 cm x 30 cm x 1,5 cm (CxLxE), podendo variar 3 cm no tocante ao comprimento e	Unidade		6		6	3				15

	largura e 0,5 cm no tocante a espessura.										
TABUA DE CORTE BRANCA - 40CM X 20CM	Tábua de corte em polietileno, na cor branca. Medidas: 40 cm x 20 cm x 1,5 cm (CxLxE), podendo variar 5 cm no tocante ao comprimento e largura e 0,5 cm no tocante a espessura.	Unidade		9		6	3				18
TABUA DE CORTE BRANCA - 50CM X 30CM	Tábua de corte em polietileno, na cor branca. Medidas: 50 cm x 30 cm x 1,5 cm (CxLxE), podendo variar 3 cm no tocante ao comprimento e largura e 0,5 cm no tocante a espessura.	Unidade		5		6	3				14
TABUA DE CORTE VERDE - 40CM X 20CM	Tábua de corte em polietileno, na cor verde. Medidas: 40 cm x 20 cm x 1,5 cm (CxLxE), podendo variar 5 cm no tocante ao comprimento e largura e 0,5 cm no tocante a espessura.	Unidade		2		6	1				9
TABUA DE CORTE VERDE - 50CM X 30CM	Tábua de corte em polietileno, na cor verde. Medidas: 50 cm x 30 cm x 1,5 cm (CxLxE), podendo variar 3 cm no tocante ao comprimento e largura e 0,5 cm no tocante a espessura.	Unidade		3		6	2				11
TALHER DE INOX - COLHER PARA CAFE	Colher para café em aço inox. Medida da base somada ao cabo de 9 cm a 11 cm.	Unidade		148		12	216	136	2500		3012
TALHER DE INOX - COLHER PARA CHA	Colher para chá em aço inox. Medida da base somada ao cabo de 12 cm a 14 cm.	Unidade		152		42	67				261
TALHER DE INOX - COLHER PARA SOBREMESA	Colher para sobremesa em aço inox. Medida da base somada ao cabo de 15 cm a 17 cm.	Unidade		145		42	256	130	2500		3073
TALHER DE INOX - COLHER PARA SOPA	Colher de sopa em aço inox. Medida da base somada ao cabo de 18 cm a 21 cm.	Unidade		121		52	370	142	2500	100	3285
TALHER DE INOX - FACA DE MESA	Faca de mesa sem ponta em aço inox. Medida da base somada ao cabo de 20 cm a 22 cm.	Unidade		191		54	391	130	2500	100	3366
TALHER DE INOX	Faca de sobremesa em aço inox.										

- FACA DE SOBREMESA	Medida da base somada ao cabo de 17 cm a 19 cm.	Unidade		54			67				121
TALHER DE INOX - GARFO DE MESA	Garfo de mesa em aço inox, com 4 dentes em formato côncavo. Medida da base somada ao cabo de 18 cm a 22 cm.	Unidade		191		54	391	142	2500	100	3378
TALHER DE INOX - GARFO DE SOBREMESA	Garfo de sobremesa em aço inox, com 4 dentes em formato côncavo. Medida da base somada ao cabo de 16 cm a 18 cm.	Unidade		155		24	158	22	2500		2859
TIGELA DE CERAMICA - 300ML A 450ML	Tigela em cerâmica, formato redondo, lisa, de coloração única, resistente à micro-ondas e máquina de lavar louças. Capacidade mínima de 300 ml a 450 ml.	Unidade		44		6	33	3	2500		2586
XICARA COM PIREES PARA CAFE	Xícara com alça e pires, em vidro temperado ou porcelana, na cor branca, com formato reto. Capacidade de 70 ml, podendo variar para mais em até 20%.	Unidade		49							49
XICARA PARA CHA	Xícara com alça, em vidro temperado ou porcelana, na cor branca. Capacidade de 246 ml, podendo variar até 50 ml.	Unidade		98							98

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

5.1 As soluções disponíveis no mercado para atender a necessidade da Administração são:

	Solicitação conforme necessidade	Sem bloqueio orçamentário	Fornecimento parcelado	Vigência mínima de 1 ano	Contratação pelo menor valor
Solução A - SRP	X	X	X	X	X
Solução B - Contratação continuada				X	X
Solução C - Inexigibilidade ou dispensa					
Solução D - Credenciamento	X	X	X	X	
Solução E - Locação ou comodato				X	

5.2 O objeto da contratação trata-se de uma aquisição de itens comuns adquiridos de forma regular pela Administração. Os itens são imprescindíveis para as atividades da Administração, cuja forma de contratação é prática comum do mercado, já amplamente realizada tanto na Administração Municipal como em outros órgãos e inclusive pela iniciativa privada.

5.3 Destaque-se também que, para a presente contratação, a modalidade mais adequada é o Sistema de Registro de Preço (SRP), pois possibilitará a aquisição dos produtos na medida em que forem necessários, ao longo da contratação. E por serem itens específicos e de demanda eventual (conforme consumo) e não há como estipular precisamente a quantidade antecipadamente. Consonante ao disposto art. 82 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

5.3.1 Bem como cumulativamente o disposto no **art. 3º**, do [**Decreto nº 11.462 de 31 de março de 2023**](#):

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. (grifo nosso)

5.3.2 Optou-se pelo SRP, pois apenas a imprescindibilidade e perenidade do fornecimento não é o bastante para definir a natureza da contratação. Durante o Estudo Técnico Preliminar, especificamente em item 5, pode ser observado que foram analisados diversos fatores: economicidade, necessidade, guarda da mercadoria, sazonalidade da demanda, prática do mercado, eficácia, entre outros.

5.3.3 Nos contratos de fornecimento contínuos, se faz necessário o bloqueio orçamentário do contrato. No entanto, apesar do consumo ser regular, o uso é futuro, eventual e variável, pelo que onera desnecessariamente o orçamento da Administração.

5.3.4 Por sua vez, no contrato contínuo permanece ainda a providência por parte da Administração de verificar a vantajosidade da contratação, o que, ainda que de forma sucinta, se faz necessários providências de estudo para a continuidade da contratação. O maior ponto a ser suscitado não é a elaboração dos documentos da fase preparatória, mas o procedimento como um todo.

5.3.5 Em se ponderando que no cenário de possível prorrogação das Atas de Registro de Preços, com a renovação do quantitativo, aliado à possibilidade de contratação por 12 meses, bem como, considerando que no caso de Atas de Registro de Preços os bloqueios serão de acordo com a necessidade, e análise do ordenador da despesa, a contratação pelo Sistema de Registro de Preços é a forma de contratação mais adequada para atender a necessidade da Administração.

5.4 CONCLUSÃO - MELHOR SOLUÇÃO

5.4.1 Considerando as soluções de mercado supra elencadas, e as características e custos de cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido a aquisição de utensílios de copa e cozinha, por sistema de registro de preços, considerando a recorrente necessidade de utensílios de copa e cozinha pela Administração. Este sistema permitirá aquisições conforme demanda, oferecendo flexibilidade e eficiência econômica sem exigir armazenamento excessivo.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

6.1 Os valores finais estimados para a contratação, bem como suas memórias de cálculo, serão discriminados no presente processo, após a conclusão da pesquisa de preços, o qual deverá estar compatível com o histórico de contratações anteriores.

6.2 De início, estima-se a contratação no valor de R\$ 573.005,17 (quinhentos e setenta e três mil cinco reais e dezessete centavos).

6.2.1 Via de regra, o valor estimado foi baseado no preço da última contratação realizada, Pregão Eletrônico n.º 107/2023, e, na quantidade indicada pelos órgãos da Administração Pública, sendo que para os itens sem contratação anterior, para fins do valor estimado, realizou-se pesquisa simplificada no comércio local e pela internet.

6.3 O valor **estimado final** da contratação consta no Orçamento Planilhado, constante neste Processo SEI.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

7.1 Após análise das soluções de mercado supra elencadas, considerando os elementos dispostos em cada opção, considerando que em se tratando de item comum, cuja demanda é contínua e perene, bem como, cuja interrupção pode causar prejuízos ao erário, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido a contratação por meio do sistema de registro de preços.

7.2 A contratação é a mais vantajosa para a Administração, pois permitirá que cada unidade requisitante solicite o quantitativo dos itens registrados que melhor lhe prouver, sem a necessidade de manter em estoque quantidades abundantes a fim de evitar possível falta, garantindo que o produto adquirido seja somente o necessário naquele momento e que não irá perecer sem uso com o decorrer do tempo.

7.3 O registro de preços, por não possuir uma obrigatoriedade na aquisição, não exige o bloqueio orçamentário até a efetiva solicitação do item registrado, permitindo que as unidades requisitantes, quando for o caso, realoquem seus recursos, inclusive auxiliando em situações de urgência e emergência que podem alterar as prioridades orçamentárias.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

8.1 O "*parcelamento por item*" e o "*parcelamento do item*" previsto no Decreto n.º 8.538/2015 são exequíveis para a contratação, pelos seguintes motivos:

- a) Os itens são independentes, inexistindo razões para que o fornecimento seja por lote;
- b) A concorrência e a competitividade pelas empresas é ampliada, melhorando consequentemente a vantajosidade econômica;

8.2 Dessa forma, o "*parcelamento por item*" e o "*parcelamento do item*" previsto no Decreto n.º 8.538/2015 são eficazes para todos os itens desta contratação.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

9.1 Os resultados pretendidos com a presente contratação não estão atrelados apenas a termo de economicidade e de aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros, mas principalmente ao interesse público a ser atendido, que muitas vezes não está diretamente interligado a todas essas questões.

9.2 Entretanto, aqui relevante constar que, os resultados pretendidos a todos os níveis (economicidade, aproveitamento de recursos - seja de qualquer espécie) estão atrelados ao atendimento da necessidade já existente e da formatação da contratação, no sentido que estão previstos nos demais tópicos deste estudo.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

10.1 É importante destacar que o Termo de Referência estabelece quais serão as unidades responsáveis pela fiscalização. Essas unidades contarão com equipes técnicas compostas por servidores experientes e qualificados, que possuem amplo conhecimento sobre a contratação em questão. Além disso, essas equipes poderão solicitar suporte interno, se necessário, para garantir uma fiscalização eficaz.

10.2 As unidades participantes ao designar os membros para a fiscalização do contrato, as unidades participantes devem observar rigorosamente o princípio da segregação de funções. Isso garante que os integrantes responsáveis pela elaboração da fase preparatória do contrato não desempenhem funções na comissão de fiscalização, assegurando assim a integridade e a transparência do processo.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem

ser apresentadas as devidas justificativas.

11.1 Não há contratações correlatas e/ou interdependentes

11.2 Compete a unificação de compras, a contratação de forma unificada e centralizada para atendimento da necessidade dos demais órgãos da Administração, inclusive com vistas ao atendimento dos princípios da eficiência, planejamento e centralização das compras.

11.3 A contratação das Atas de Registros de Preços dos diversos consórcios aos quais o Município integra é possível nas hipóteses de adesão (caso não tenha manifestado interesse) ou participação.

11.4 Para a presente contratação, não há interesse da Administração em aderir às Atas de Registros de Preços dos Consórcios, pelos seguintes motivos sucintamente elencados:

1. Complexidade na gestão: A participação em um consórcio exige uma gestão eficiente e coordenada entre os membros participantes. Isso pode apresentar desafios adicionais, pois envolve a coordenação de interesses, tomada de decisões conjuntas e resolução de conflitos, principalmente em se tratando de compras unificadas, que atendem aos diversos órgãos da Administração. A falta de uma gestão adequada pode levar a atrasos e problemas operacionais.
2. Menor flexibilidade: Participar de um consórcio pode exigir que os órgãos públicos sigam determinadas regras, regulamentos e procedimentos estabelecidos pelo Consórcio. Isso pode resultar em uma menor flexibilidade na condução das licitações, impedindo que os órgãos públicos adotem abordagens mais personalizadas ou específicas para suas necessidades individuais, bem como conflitar com a prática administrativa. Por exemplo, no caso do CINCATARINA, conforme sua [Resolução 214/2022](#), o Estudo Técnico é dispensado para determinados grupos. Em se compulsando o rol de objetos "dispensados" constata-se que estes se enquadram na quase totalidade nos objetos licitados por meio das compras unificadas. No entanto, como visto, a dispensa da elaboração do Estudo Técnico Preliminar pelo Consórcio não desobriga a Administração da elaboração do mesmo (Art. 9º), causando evidente contrassenso, vez que, na hipótese de indicar o quantitativo (IRP), salvo melhor juízo, não sabe se o Consórcio elaborou ou não o ETP, e ao aderir, salvo melhor juízo, estará elaborando um ETP após o processo licitatório.
3. Complexidade na gestão de contratos: A gestão de contratos podem se tornar mais complexas em um Consórcio, especialmente quando há a participação de vários membros. Coordenar as obrigações contratuais, as responsabilidades e as expectativas de todos os membros requer uma gestão eficiente e uma comunicação clara, principalmente em se tratando de compras unificadas, que atendem aos diversos órgãos da Administração.
4. Restrições de autonomia: Participar de um consórcio pode implicar em restrições à autonomia dos órgãos públicos. Isso ocorre porque as decisões sobre as licitações podem precisar ser tomadas de forma conjunta, considerando os interesses e necessidades de todos os membros, bem como devem estar alinhadas às decisões tomadas pelo Consórcio, enquanto gestor da ARP. Isso pode limitar a flexibilidade e a independência dos órgãos públicos, principalmente em se tratando de compras unificadas, que atendem aos diversos órgãos da Administração.
5. Possíveis atrasos: Devido à natureza colaborativa dos consórcios, pode haver atrasos no processo de tomada de decisão. A necessidade de consulta e consenso entre os membros pode prolongar o tempo necessário para finalizar as etapas do processo licitatório. Isso pode ser problemático em situações em que é exigida uma resposta rápida ou quando há prazos rígidos. Ademais, na condição de Consorciado e participante, não detém qualquer ingerência nas decisões tomadas pelo Consórcio no decorrer da gestão e execução contratual.
6. Necessidade de garantir a transparência e o controle do processo de contratação pública. Ao realizar contratações independentes, o Município tem maior controle sobre o processo (como um todo, desde seu início até sua conclusão), podendo adotar medidas adicionais para assegurar a lisura e a transparência em todas as etapas. Isso inclui a elaboração de editais de licitação, a realização de julgamentos e a publicidade adequada dos resultados, fortalecendo a credibilidade e a confiança na Administração Municipal.
7. As contratações através dos Consórcios podem englobar uma ampla gama de fornecedores e produtos, nem sempre passando por rigorosos processos de seleção e avaliação conforme é realizado pela Administração. Assim, ao realizar contratações independentes (próprias), o Município pode estabelecer critérios de seleção necessários ao atendimento da demanda, buscando garantir a qualidade e segurança dos produtos e serviços contratados, bem como a idoneidade das empresas envolvidas.

11.5 Para análise do interesse público, a Administração deve acima de tudo buscar a eficiência em suas contratações. Para tomar a decisão acerca da viabilidade e interesse público em participar ou aderir a uma Ata de Registro de Preços dos Consórcios é necessário avaliar vários fatores que não somente preços, mas se as

condições propostas para contratação são realmente vantajosas para o Município, ou mesmo o completo atendimento pelo Consórcio do que determina à Lei para a fase preparatória, licitatória e executiva.

11.6 Para que o gestor proceda com a necessária segurança jurídica, a Administração deve previamente se certificar do atendimento do que preconiza a Lei, gerando indiretamente o ônus de praticamente "auditar" o processo licitatório do Consórcio. Tal constatação decorre da orientação da Procuradoria Geral do Município, conforme PARECER JURÍDICO SEI Nº 0020353622/2024 - PGM.UAD:

6.2 -Do Município de Joinville como participante da licitação.

(...)

Ou seja, caso confirmado o atendimento aos comandos prescritos nos arts. 82 e seguintes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e no art. 6º do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, o que deve ser providenciado, caberá ao Município de Joinville, como órgão participante do Pregão Eletrônico nº 0062/2023, firmar a Ata de Registro de Preços dele decorrente.

(...)

14 - Recomendações

Diante de todo o verificado até o presente momento, recomendamos:

a) Considerando que o Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA vem atribuindo ao Município de Joinville o enquadramento de órgão participante nos torneios licitatórios por ele deflagrados, recomendamos, seja certificado pelo órgão central de licitações o atendimento aos procedimentos previstos nos arts. 82 e seguintes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e art. 6º do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

b) Em caso de desatendimento aos procedimentos previstos nos arts. 82 e seguintes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e art. 6º do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, recomendamos, desde já, a não assinatura da Ata de Registro de Preços e a imediata correção do procedimento interno adotado para as contratações utilizando-se do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA; (grifo nosso)

11.7 Merece destaque também que, em que pese haver o cumprimento dos ditames legais por parte dos Consórcios (os quais são certificados e aprovados pela Procuradoria própria destes), estes não atendem em sua plenitude ou na maioria das vezes as exigências das contratações pela Administração, seja desde o procedimento de estruturação, fluxo interno, procedimentos já internalizados, boas práticas na execução, bem como da parte licitatória (e Edital), assinatura eletrônica no SEI, o que poderia gerar eventuais inseguranças jurídicas, principalmente com relação às Instruções Normativas aplicáveis a cada caso.

11.8 Assim, não havendo a manifestação de Interesse de Registro de Preços - IRP nos Consórcios aos quais o Município de Joinville integra, ou Manifestação de Órgão Participante - MOP (Consórcio CINCATARINA), por parte da Administração e em especial pela Área de Unificação de Compras da Unidade de Análise e Requisições de Compras, resta evidente, diante dos pontos ora elencados, que não há interesse da Administração em utilizar dos referidos processos licitatórios dos Consórcios para fins de contratação do objeto ora licitado.

11.9 Por oportuno, ressaltamos que a Administração possui capacidade tanto de pessoal como técnica para realizar a contratação do objeto em questão.

11.10 Somente será utilizada a contratação nos consórcios aos quais o Município de Joinville integra, com objetos de materiais e serviços comuns, na ausência de processo de compras unificado por esta Administração ou em caso que, não logrando êxito na licitação, a aquisição pelas Atas de Registro de Preço dos consórcios seja mais vantajosa para a Administração, em razão da tramitação e custos envolvidos, garantindo que não ocorra a duplicidade de contratações.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

12.1 Para a contratação há previsão de eventual impacto ambiental, para o qual devem ser adotadas as medidas mitigadoras previstas em legislação vigente, tais como:

1. Destinação Final dos Resíduos, por exemplo, com a identificação dos tipos de resíduos gerados durante as atividades, a implementação de um plano de gestão de resíduos, que incluirá a segregação, acondicionamento e transporte adequado e a adoção de parcerias com empresas especializadas para a disposição final dos resíduos, assegurando que sejam tratados e descartados de maneira ambientalmente

correta.

2. Logística Reversa, por exemplo, com o desenvolvimento de um sistema de logística reversa para coletar materiais recicláveis e reutilizáveis, minimizando a quantidade de resíduos enviados a aterros sanitários, estabelecimento de pontos de coleta acessíveis para a população, facilitando o retorno de produtos que, após o uso, não podem ser descartados de forma convencional e o monitoramento/avaliação contínua da eficácia do sistema de logística reversa, com ajustes necessários para garantir sua eficiência.

12.2 Essas medidas são essenciais para minimizar o impacto ambiental negativo e promover uma gestão sustentável dos recursos, alinhando as operações às melhores práticas ambientais e às exigências legais aplicáveis.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

13.1 Analisando os Riscos da Contratação, podemos indicar os seguintes elementos:

A presente contratação, pelas análises realizadas e o histórico de contratações, constataram-se como risco

Risco 1 - a possibilidade de ocorrência de itens desertos ou fracassados diante da oscilação de preços no mercado.

Risco 2 - empresas habilitadas que eventualmente não possuam a documentação necessária para o fornecimento (Alvará, AFE, etc.);

Risco 3 - Pedidos de reequilíbrio-econômico financeiro, decorrente de oscilação de valores dos itens registrados, por álea econômica, imprevisível.

a) Identificação de Riscos - Probabilidade (P):

Probabilidade P		
Índice	Descrição	Nível
Raro	Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.	1
Pouco Provável	Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.	2
Provável	Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.	3
Muito provável	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte.	4
Praticamente certo	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades. Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.	5

- Risco 1 - Processos desertos/fracassados - Nível 2: Pouco Provável. Evento extraordinário. Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.

- Risco 2 - Empresas sem documentação hábil - Nível 3: Provável. Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.

- Risco 3 - Pedidos de reequilíbrio-econômico financeiro - Nível 2: Pouco Provável. Evento extraordinário. Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.

b) Análise de riscos - Impacto (I):

Impacto (I)		
Índice	Descrição	Nível
Muito Baixo	Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultados.	1

Baixo	Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultado.	2
Médio	Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado.	3
Alto	Torna improvável o alcance do objetivo. Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultado.	4
Muito Alto	Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado.	5

- Risco 1 - Processos desertos/fracassados - Nível 5: Muito alto. Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado.
- Risco 2 - Empresas sem documentação hábil - Nível 5: Muito alto. Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado.
- Risco 3 - Pedidos de reequilíbrio-econômico financeiro - Nível 3: Médio. Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado.

c) Avaliação de riscos:

Classificação dos Riscos	
Pontuação	Risco
15 a 25	Muito Alto
8 a 12	Alto
3 a 6	Médio
1 e 2	Baixo
0	Muito Baixo

ANÁLISE DOS RISCOS							
IMPACTO	Nível 5	Muito Alto	5	10	15	20	25
	Nível 4	Alto	4	8	12	16	20
	Nível 3	Médio	3	6	9	12	15
	Nível 2	Baixo	2	4	6	8	10
	Nível 1	Muito Baixo	1	2	3	4	5
			Raro	Pouco Provável	Provável	Muito Praticamente	Praticamente certo
			Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5
PROBABILIDADE							

Os riscos encontrados, procedendo à ponderação do impacto e da probabilidade, constatamos que os riscos são classificados como:

- Risco 1 - Processos desertos/fracassados - **médio**.

d) Tratamento de riscos

Possibilidade de Tratamento de Riscos	
Conduta	Descrição
Evitar	Descontinuar a atividade, interromper o processo de trabalho.
Transferir	Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros.
Mitigar	Desenvolver e implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra.
Mitigar/transferir	Desenvolver e implementar ambas as medidas: mitigar e transferir
Aceitar	Não há necessidade de adotar quaisquer medidas. Considerar se é o caso de monitorar ao longo do tempo.

Com base na análise realizada, esta equipe de planejamento entende que deve-se adotar a conduta de mitigar.

- Risco 1 - Processos desertos/fracassados - Medida: A futura pesquisa de preços deverá considerar eventual possibilidade de oscilação dos preços dos produtos no mercado, com vistas a prevenir licitações desertas e/ou fracassadas.

- Risco 2 - Empresas sem documentação hábil - Medida: buscou-se avaliar a documentação exigida para fins de habilitação, de forma a solicitar somente a imprescindível ao atendimento da necessidade, sem prejudicar o interesse público, permitindo a ampla competitividade.

- Risco 3 - Pedidos de reequilíbrio-econômico financeiro - Medida: A futura pesquisa de preços deverá considerar eventual possibilidade de oscilação dos preços dos produtos no mercado.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	X		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	X		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	X		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	X		Curto prazo
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	X		Médio
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	X		Mitigado
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	X		

CONCLUSÃO: Com base neste Estudo Técnico Preliminar, a Equipe/Comissão de Planejamento declara viável a aquisição de utensílios de copa e cozinha, por sistema de registro de preços, sendo a alternativa mais adequada, proporcionando flexibilidade, economicidade e eficiência no atendimento às necessidades da Administração. Recomenda-se a imediata adoção do SRP para a aquisição de utensílios de copa e cozinha, com o desenvolvimento de um plano de trabalho detalhado e um cronograma bem definido para assegurar a efetividade e conformidade do processo, otimizando os recursos e garantindo os benefícios econômicos e operacionais esperados.



Documento assinado eletronicamente por **Silvia Cristina Bello, Diretor (a) Executivo (a)**, em 01/04/2025, às 16:13, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Mafra, Secretário (a)**, em 01/04/2025, às 16:38, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0025020846** e o código CRC **3611413C**.

Avenida Hermann August Lepper, 10 - Bairro Saguauçu - CEP 89221-005 - Joinville - SC -
www.joinville.sc.gov.br